

convergência

SET — 1989 — ANO XXIV — Nº 225



• **A INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA DAS ESCRITURAS**

João Paulo II — página 387

• **UTOPIA E NOVA EVANGELIZAÇÃO**

Pe. João Batista Libânio, SJ — página 427

CONVERGÊNCIA
Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:
Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Atico Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1989

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea	NCz\$ 19,85
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso	NCz\$ 1,98

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Quer ser, figurativamente, o esboço da idéia de um labirinto, ou seja, coisa confusa, enigmática, enredada, tortuosa. Examinando, verá: este nosso destaque seletivo, mais do que arte, é artifício. **Convergência** é a revista da CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL. E a CRB objetiva promover e animar a **Vida Religiosa**. Com generosidade semântica e imaginária, Você descobre, então, que o pensamento pressuposto como subjacente nesta figuração mental e em seu encadeamento com CRB, suas finalidades entitativas

e **CONVERGÊNCIA** é este: se a Vida Religiosa, humanamente, pode se aparentar com um labirinto, a CRB e sua revista querem apontar na direção da saída. As ciências, como parte da solução, enriquecem e aliviam a VR mas não a livram de navegar, na escuridão, pois nunca tornam o seu REAL plenamente transparente à razão. Há uma irreduzibilidade sem haver incompatibilidade. A VR envolve mistérios mas não comporta nenhum fantasma irreal ou impossível. Para quem tem FÉ, o próprio mistério engrandece a razão. A obscuridade tem sempre algo de grandioso. Pelos caminhos humanos da VR, quando iluminados pela FÉ, vão se formando linhas de predominância que dão ao enredado a direção dos fios e mapeiam os pontos referenciais que indicam a força de um projeto em sua globalidade e o tropismo imbatível para a luz da saída. **Convergência**, em 1989, quer lhe ajudar nesta perspectiva, aprofundando e ampliando a certeza de que só pela FÉ se pode abraçar as prepostas da Cruz, as aporias do Reino e os paradoxos da VR. Só pela FÉ se pode manifestar paz na consciência do mistério e serena convivência com ele. Deus confirme, com sua bênção, nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	385
A INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA DAS ESCRITURAS	
João Paulo II	387
INFORME DA CRB	389
O COMPROMISSO DA IGREJA COM OS POVOS INDÍGENAS NO CONTEXTO PÓS-CONSTITUINTE: DIÁLOGO E SOLIDARIEDADE	
Dom Erwin Krautler	406
MONAQUISMO E LIBERDADE	
Francisco Catão	420
UTOPIA E NOVA EVANGELIZAÇÃO	
Pe. João Batista Libânio, SJ	427
DA "CONQUISTA" À "LIBERTAÇÃO": O RESGATE DA DEVOÇÃO MARIANA E A NOVA EVANGELIZAÇÃO	
Irmã Vilma Moreira, FI	439

EDITORIAL

A Semana da Pátria sempre desperta vibração nacional pela Independência conquistada a 7 de setembro de 1822. É justo que o povo se alegre. O dia é seu. A festa é nossa. A nação somos todos nós.

Ao festejarmos o passado, precisamos porém, nos confrontar com o hoje de nosso país. Perceberemos então o quanto nos falta para um amanhã mais feliz.

Independência, liberdade são enfim, valores de eterna busca. Jamais são conquista definitiva. Podem sempre claudicar nos meandros da história. Importa, pois, que o Brasil renove a cada dia a conquista de si mesmo, dos próprios horizontes de liberdade. Na superação constante das taras do agir humano, na busca perene de vida nova para a nação, na dignidade e na justiça.

Nos últimos tempos o novo foi acontecendo no país. A passagem lenta e gradual de um regime discricionário para um mais aberto e participativo se realizou.

Aconteceu também, embora de forma incompleta ainda, a fixação jurídico-institucional da nação, com a Constituição de 1988, que "estabelece os fundamentos do Estado democrático de Direito", como afirmam nossos Bispos em "Exigências éticas da ordem democrática" (cfr. Documentos da CNBB Nº 42, Edições Pauli-

nas, 1989, p. 7). A nova Constituição "abre possibilidades para a passagem de uma situação fundada principalmente no privilégio e na força para uma situação de onde emerge, no universo da lei, a cidadania. Podemos aí verificar uma mudança qualitativa" (id. p. 7).

Nesse texto, os Bispos assinalam que, na atual Carta Magna, "a figura do Estado surge como servidor dos cidadãos e responsável pela execução dos serviços que devem atender a esses direitos" (id. p. 7). Indicam alguns instrumentos presentes na nova Carta, "pelos quais os cidadãos e as entidades podem ter ação direta para fazer cumprir os preceitos constitucionais" (id. p. 7). E também alguns valores básicos ali dispostos: a erradicação da pobreza, da marginalização e desigualdades sociais e regionais; o repúdio à tortura e racismo; a valorização da mulher; a imprescritibilidade dos crimes contra a ordem constitucional e o Estado de Direito, e outros avanços (cf. id. p. 8-9).

Os Bispos assinalam também, com energia e clareza, os limites do novo texto constitucional, incompreensíveis e inadmissíveis para uma sã consciência humana, pessoal e social: o amortecimento da urgência da Reforma Agrária; o desconhecimento dos direitos do nascituro; a redução do conceito de instituição fami-

liar pelo casamento, à simples união, estável e informal, entre homem e mulher; o estreito espírito de corpo e a ambição utilitarista de grupos interesseiros que, no processo constituinte, se sobrepuseram aos legítimos anseios do bem comum.

Vão mais longe ainda, os Bispos, ao porem o dedo nas chagas sócio-econômico-políticas e culturais que corroem a vida do povo, desgastam a honorabilidade do Estado e sobressaltam o cotidiano da nação, na atual conjuntura.

Se “uma série de obstáculos se contrapõe à nova ordem democrática em nosso País”, prosseguem eles, “não é esta, porém, toda a realidade. Existem sinais de esperança... O Brasil é um país economicamente viável, socialmente dinâmico e culturalmente rico em valores” (id.p.19). É possível, pois, recriar o espaço da vida, moral, social, econômica, política, administrativa. O país precisa se assumir, orientando-se por valores éticos indeclináveis, se quiser construir uma verdadeira democracia, na independência, na liberdade.

Essa nova Ordem Democrática no Brasil “só se consolidará quando a nação se empenhar decididamente numa transformação profunda, que modifique as relações sociais e garanta a efetiva participação de todos os cida-

dãos. Formas estáveis de democracia supõem condições para os cidadãos exercerem plenamente seus direitos e responsabilmente seus deveres” (id. p. 5).

Oxalá as eleições presidenciais de 15 de novembro próximo sejam mais um passo firme na direção certa da democracia que ao Brasil convém.

O caminho da independência é difícil. A liberdade acontece para quem se propõe e sabe conquistá-la.

CONVERGÊNCIA, neste número, apresenta:

— “O compromisso da Igreja com os povos indígenas no contexto pós-constituinte: diálogo e solidariedade”, de Dom ERWIN KRAUTLER, Presidente do CIMI. Trata-se de vibrante comunicado feito à 27ª Assembléia Geral da CNBB, em abril de 1989.

— “Monaquismo e Liberdade”, de Francisco Catão.

— “Utopia e Nova Evangelização”, de Pe. JOÃO BATISTA LIBÂNIO, SJ.

— “Da ‘Conquista’ à Libertação: o resgate da devoção popular mariana e a ‘Nova’ Evangelização”, de Irmã VILMA MOREIRA, FI.

Pe. Atico Fassini, MS

A Evangelização é fruto da ação do Espírito na pessoa e na história.

A INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA DAS ESCRITURAS

É grande o número de métodos para interpretar a Sagrada Escritura. Se, de imediato, pode causar alguma confusão, apresenta, também, a vantagem de revelar melhor a riqueza inexaurível da Palavra de Deus.

João Paulo II

Roma, Itália

Na manhã de 7 de abril, João Paulo II recebeu em audiência os membros da Pontifícia Comissão Bíblica, reunidos em Roma para a sua Assembléia ordinária. Após a saudação do Card. Ratzinger, o Santo Padre dirigiu a todos o seguinte discurso:

Senhor Cardeal

Prezados Amigos

De todo o coração agradeço ao Senhor Cardeal Ratzinger as amáveis palavras que acaba de me dirigir, ao apresentar a Comissão Bíblica, atualmente reunida em Roma para estudar uma nova questão.

Aos Membros da Pontifícia Comissão Bíblica. In L'Osservatore Romano de 23/4/1989, p. 1.

Exprimo também a minha gratidão particular ao Padre Henri Cazelles, da Congregação de São Sulpício, diligente Secretário da Comissão, bem como a todos os membros vindos aqui dos quatro cantos do mundo, pela disponibilidade a porem as suas diversas competências ao serviço de uma investigação comum.

O tema desta investigação é de importância vital para a igreja inteira, uma vez que se trata da hermenêutica bíblica a respeito dos métodos históricos e críticos. O Concílio recordou-nos que toda a pregação da Igreja deve ser "alimentada e regida pela Sagrada Escritura" (*Dei Verbum*, n. 21). A primeira questão que se põe é, então, aquela que os Atos dos Apóstolos exprimem no episódio do Etíope, a quem Filipe perguntava: "Compreendes, porventura, o que estás

a ler?" (At 8,3). O Etíope tinha necessidade de uma interpretação. Uma interpretação não pode ser feita sem método.

O vosso Presidente acaba de evocar a multiplicidade dos métodos que, nos nossos dias, são propostos aos exegetas. O fato não é novo. Desde a época patrística, diversas escolas exegéticas distinguiram-se, precisamente em função dos seus métodos de interpretação, e assim davam à Sagrada Escritura esclarecimentos complementares. Se o grande número de métodos pode dar às vezes a impressão de alguma confusão, entretanto ele apresenta a vantagem de fazer aparecer melhor a riqueza inexaurível da Palavra de Deus.

É verdade que, muitas vezes, alguns métodos de interpretação parecem constituir um perigo para a fé, porque foram utilizados por intérpretes incrédulos, com a intenção de submeter as afirmações da Escritura a uma crítica destrutiva. Em tal caso, é necessário estabelecer uma clara distinção entre o método mesmo que, se corresponder às exigências autênticas do espírito humano, há de contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos, e, por outro lado, dos pressupostos contestáveis — de tipo racionalista, idealista ou materialista — que podem pesar sobre a interpretação e invalidá-la. O exegeta iluminado pela fé não pode, evidentemente, adotar tais pressupostos, mas deverá aproveitar o método. Desde o Antigo Testamento, o Povo de Deus foi encorajado a "enriquecer-se com os despojos dos Egípcios"!

Todo o método tem os seus limites. É indispensável reconhecê-los. Isto faz parte do espírito científico, que se distingue por isso do cientismo. Se tiver verdadeiramente o espírito científico, o exegeta crente será consciente do valor relativo dos resultados das suas pesquisas, e a sua modéstia, longe de prejudicar a irradiação da sua obra, há de garantir-lhe a autenticidade.

Na Igreja, todos os métodos devem estar, direta ou indiretamente, ao serviço da evangelização. Nestes últimos anos, tem-se ouvido muitos cristãos lamentarem-se de que a exegese se tornou uma arte requintada, sem relação com a vida do Povo de Deus. Esta queixa pode evidentemente ser contestada; em muitos casos, ela não é justificada. Contudo, é conveniente dar-lhe atenção. A fidelidade mesma à sua tarefa de interpretação exige do exegeta que ele não se contente de estudar aspectos secundários dos textos bíblicos, mas lhes valorize bem a mensagem principal, que é uma mensagem religiosa, um apelo à conversão e uma boa nova de salvação, capaz de transformar cada uma das pessoas e a sociedade humana inteira, introduzindo-a na comunhão divina.

Na tarde da Páscoa, ao manifestar-se aos seus discípulos, Jesus "abriu-lhes o entendimento para compreenderem as Escrituras" (Lc 24,45). Desejo a mesma graça para vós, a fim de que o vosso trabalho seja de grande fecundidade para a Igreja e para o mundo. Com esta intenção, de todo o coração dou-vos a minha Bênção Apostólica. □

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ESCLARECIMENTO DO EDITOR DE CONVERGÊNCIA

Em seu número 222, Ano XXIV, de maio de 1989, p. 221-236, nossa revista CONVERGÊNCIA publicou o texto "Evangelificação como missão da vida religiosa", assinado pelo P. Edênio Valle. Por sua solicitação, esclarecemos quanto segue. O texto, assim como publicado, foi redigido pelo P. Edênio. Contudo, toda a matéria, tanto no seu roteiro e conteúdo, como no vocabulário léxico e semântico e na organização e desdobramento do material, tem como autor intelectual o P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J. Por circunstâncias fortuitas e omissões editoriais, o artigo apareceu assinado por outro nome. Com efeito, durante a Junta de Direção da CLAR, realizada em Porto Príncipe, no Haiti, em 1987, estiveram presentes os Presidentes e Secretários Executivos e mais um delegado de cada uma das 22 Conferências de Religiosos da América Latina, além da equipe da CLAR. Padre Marcello Azevedo foi o expositor de um curso sob o tema "Nova Evangelização e Vida Religiosa", curso posteriormente apresentado pelo P. Marcello no Brasil, em S. Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como no Uruguai e no Paraguai e em Roma. Solicitado pela CLAR a oferecer um texto escrito do rico material exposto oralmente no

Haiti, o conferencista declarou-se impedido de fazê-lo logo, por vários outros compromissos e por tencionar publicar a respeito um livro já em preparação. Ansiosa por levar rapidamente aos religiosos e religiosas reflexões tão oportunas, a CLAR pediu ao P. Edênio Valle que redigisse, a partir de suas notas pessoais e do material distribuído durante o curso, o essencial do pensamento do P. Marcello. Daí nasceu um texto publicado em espanhol no BOLETIM DA CLAR, ano XXV, nº 9-10, set-out., 1987. Há ali uma introdução que atesta expressamente a autoria intelectual do P. Marcello em relação ao texto, declaração esta omitida por inadvertência editorial tanto no artigo publicado por CONVERGÊNCIA em seu nº 222, de maio de 1989, p. 221-236, como no publicado por NOSSO BOLETIM (CRB-Regional S. Paulo) nº 2 (1988) pp. 4-19, do qual foi transcrito. Esse artigo é uma versão abreviada do texto do boletim da CLAR, versão que se destinava aos debates preparatórios da Assembléia Regional da CRB-SP e da Assembléia Geral da CRB Nacional. Nesse artigo, o ponto novo (que não é do P. Marcello) são as perguntas inseridas no corpo do texto para facilitar o intercâmbio de idéias. A bem da verdade e após contactos com os interessados, publicamos este esclarecimento.

Pe. Atico Fassini, MS

DOSSIÊ "PALAVRA-VIDA"

1. COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA E DIRETORIA NACIONAIS DA CRB

A PROPÓSITO DO PROJETO "PALAVRA-VIDA"

Aos(às) Superiores(as) Maiores.

A Diretoria Nacional da CRB, reunida nos dias 4 e 5 de maio de 1989, no Rio de Janeiro, sente o dever de comunicar-se com os Superiores Maiores dos Institutos de Vida Consagrada e Sociedade de Vida Apostólica, a fim de informar a respeito das reações face ao Projeto Palavra Vida e de seus desdobramentos atuais.

1. Todos os que acompanharam o nascimento dessa iniciativa sabem que ela surgiu na Junta Diretiva da CLAR (composta por sua Presidência e pelos 26 Presidentes das Conferências de Religiosos da América Latina), em Buenos Aires, em abril de 1986, como resposta a uma solicitação da Presidência do CELAM no sentido de os religiosos e religiosas participarem com a Igreja do Continente, na celebração dos 500 anos da evangelização da América Latina. A mesma Junta Diretiva, em maio de 1987, no Haiti, pronunciou-se a favor da primeira redação da Apresentação e da proposta referente ao primeiro ano do Projeto.

Foi com alegria que a Assembléia Geral da CLAR, reunida em Cochabamba,

em junho de 1988, recebeu como dom de Deus esse Projeto que vinha preencher uma lacuna na formação para a Vida Religiosa, em contato com a Bíblia. Agora, em abril de 1989, em El Salvador, a Junta Diretiva pôde constatar através dos Relatórios de 25 Conferências de Religiosos do Continente, a alegre e generalizada acolhida ao Projeto Palavra Vida. Unanimemente, religiosos e religiosas entenderam a iniciativa como instrumento ímpar de aproximação da Palavra de Deus, de conversão pessoal e de renovação no dinamismo apostólico para uma Nova Evangelização no sentido do apelo do Papa João Paulo II: "Nova no ardor, nova nos métodos e nova nas expressões".

2. Da mesma forma como a CLAR, ao longo de todo o processo, teve a preocupação de manter informados os organismos hierárquicos competentes, a CRB, através de seu Presidente e em sucessivas reuniões da CEP. (Comissão Episcopal de Pastoral) levou informações à CNBB, entregando um exemplar do Projeto "Palavra Vida" aos membros do Conselho Permanente, em novembro de 1988. A CRB sempre encontrou por parte da Presidência da CNBB fraterna acolhida e incentivo. Quando surgiram as reações negativas ao Projeto, sentimos a presença de pastores preocupados e solícitos com esse propósito da CRB e da CLAR.

3. A Junta Diretiva da CLAR, em El Salvador, ocupou-se longamente na análise das críticas ao Projeto e, como resposta aos anseios dos religiosos e religiosas, por fidelidade ao seu mandato estatutário de animação e promoção da Vida Religiosa na América Latina, buscou todos os meios para dar

continuidade ao Projeto, atendendo ao mesmo tempo às observações pertinentes dos pastores.

4. Nos dias 24 e 25 de abril, sob a chancela da Congregação para os Religiosos de Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, reuniram-se, em Bogotá, o Presidente e o Secretário do CELAM com o Presidente e um Vice-Presidente da CLAR para decidirem sobre a melhor forma de encaminhar o futuro do Projeto.

Após reconhecer o inestimável valor da iniciativa, as partes firmaram um Comunicado e acordos visando a continuidade do Projeto que passa a se chamar "Plano Palavra Vida". Os textos serão retocados segundo as indicações dos Pastores. Recuperaram-se, ao mesmo tempo, as bases para melhores canais de diálogo e de comunhão entre esses organismos da Igreja.

5. A Diretoria Nacional da CRB mantém irrestrito apoio e incentivo ao Plano, e passa às mãos dos Superiores Maiores as peças anexas para que julguem pessoalmente os encaminhamentos que lhe parecem mais condizentes com os fatos e com sua responsabilidade de animadores(as) da Vida Religiosa de seus irmãos(ãs).

Acreditamos que a Palavra de Deus é fonte de Luz e Paz. Rogamos Àquela que soube encontrar no Verbo, seu Filho, a força para seu peregrinar, que ilumine a Vida Religiosa nos passos de seguimento de JESUS, em verdadeira e plena comunhão com a Igreja.

Rio de Janeiro 9 de maio de 1989.

Irmão Claudino Falchetto, FMS
p/ Diretoria Nacional da CRB

2. CARTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB AOS SENHORES BISPOS DO BRASIL

Brasília, DF, 24 de fevereiro de 1989

Prezado Irmão no Episcopado.

A paz de Cristo!

Recebi da Presidência do CELAM um comunicado dirigido aos Presidentes das Conferências Episcopais da América Latina, manifestando grave preocupação dos Bispos Diretivos do CELAM com o Projeto "Palavra-Vida" 1988-1993, proposto pela CLAR aos Religiosos da América Latina para celebrar a memória dos 500 anos de Evangelização do nosso continente. Em relação ao primeiro texto divulgado, as principais reservas dos Bispos são:

1. A publicação do primeiro opúsculo sem a aprovação episcopal prevista pelo próprio Estatuto da CLAR.

2. Reserva quanto ao método como não atendendo à exegese tradicional da Igreja, e possibilitando reducionismo e ideologização.

Na última reunião da Presidência da CNBB, de 21 a 23 de fevereiro, o assunto foi tratado com o Presidente da CRB, Ir. Claudino Falchetto que, há meses, tinha sido eleito Secretário Geral da CLAR e que esteve, recentemente, em Roma. Informado sobre reservas ao texto, por parte da Congregação para os Religiosos, teve oportunidade de dar os devidos esclarecimentos.

Os religiosos encarregados de redigir o projeto "Palavra-Vida" manifestaram a vontade de que o projeto se realize em comunhão com os Bispos e

aceitam que o texto seja revisto naquilo que possa ser inadequado.

Para uma colaboração maior de nossa parte, a publicação será entregue à Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB, de modo a que, na próxima reunião de março, possam também os membros propor sugestões para eventual aperfeiçoamento do texto.

Agradeço à Presidência do CELAM a confiança de nos colocar a par de suas preocupações. Aproveito para renovar a expressão de comunhão fraterna com os membros diretivos do CELAM e com os irmãos religiosos que integram a direção da CLAR, na certeza de que o diálogo evangélico levará a bom termo as diligências em curso. Isto permitirá que, com os devidos retoques, em breve, o Projeto "Palavra-Vida", cuja idéia foi inicialmente tão bem recebida pelo CELAM, possa obter os desejados resultados positivos que nascem do aprofundamento bíblico para a vida religiosa em nosso continente.

Com toda estima e amizade,

† **Luciano Mendes de Almeida**
Presidente da CNBB

Nota da Diretoria da CRB

Dom Valfredo Tepe, membro da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da CNBB, ao apresentar aos Srs. Bispos em sua última Assembléia Geral, em Itaici, o "Panorama Teológico", referiu-se ao Projeto Palavra-Vida, com as seguintes palavras:

"A Presidência encaminhou à CED correspondência do Presidente do CELAM a respeito do Projeto da CLAR: "Palavra-Vida". A CED entregou o seu parecer à Presidência focalizando as-

pectos positivos e aspectos a melhorar".

3. MENSAGEM DA XXIII JUNTA DIRETIVA DA CLAR AOS RELIGIOSOS E RELIGIOSAS DA AMÉRICA LATINA

Queridos Irmãos e Irmãs:

Reunidos na XXIII Junta Diretiva da CLAR em El Salvador, de 10 a 19 de abril de 1989, queremos partilhar com vocês a experiência de Mistério Pascal, de cruz e de esperança que vivemos nestes dias.

Fomos acolhidos pela calorosa e fraterna hospitalidade da Conferência de Religiosos de El Salvador e da Igreja, representada por seu Arcebispo, Dom Arturo Rivera y Damas e Dom Gregório Rosa Chávez, Bispo Auxiliar e Delegado da Presidência do CELAM, que conviveram conosco alguns dias. Igualmente, estiveram conosco Dom Carlos Oviedo Cava, Presidente do DEVICON, alguns dias, e Pe. Eusebio Hernández, O.A.R., Oficial da CRIS, e Pe. Luis Eduardo Castaño, Secretário do DEVICON. Neste ambiente de Igreja, iniciamos o encontro que nos levou a aprofundar os desafios de fidelidade a nossa vida consagrada, na realidade social e eclesial.

Vimos e ouvimos o sofrimento intenso a que está submetido este povo querido e também sua luta, sua fortaleza, sua fé profunda e sua enorme capacidade de esperança que marca sua identidade, empenhado em demonstrar o triunfo da vida sobre a morte.

Povo que crê, com grande número de mártires em todos os setores do Po-

vo de Deus: crianças, jovens, homens, mulheres, religiosos, religiosas e sacerdotes permanecem vivos na fé e no caminhar do povo. Destaca-se, de modo especial, a extraordinária figura do Pastor que deu a vida por seu rebanho: Dom Oscar Romero, cuja profecia se vê cumprida: "Se me matam, ressuscitarei no povo salvadorenho". A certeza de sua presença viva no povo que se sente acompanhado por ele, foi para nós uma constatação surpreendente, alegre e interpeladora.

Outra experiência pascal foi a memória dos 30 anos de existência da CLAR. Demos graças ao Senhor porque seu caminho também foi marcado pela cruz e pela esperança. As dificuldades de cada etapa serviram para amadurecer e afirmar sua razão de ser: ajudar a Vida Religiosa da América Latina a trilhar o caminho da fidelidade no seguimento de Jesus Cristo, a Palavra Encarnada que acontece na história do povo de Deus, e o da fidelidade à escuta de seu Espírito que a impulsiona a descobrir, em cada momento, sua ação sempre nova e criadora a favor de seu povo.

Assim percebemos, à luz dos 30 anos, como o Espírito foi recriando esta vida religiosa latino-americana, a partir da busca de seu próprio ser com o redimensionamento da Experiência de Deus, da Fraternidade e da Missão na opção pelos pobres, até às exigências da Inserção, Inculturação e Formação que hoje nos interpelam, no horizonte do V Centenário e da Nova Evangelização, que exigirão uma definição mais radicalmente evangélica da Igreja e da Vida Religiosa.

Do jeito de Maria, contemplamos o que fez o Senhor e o louvamos por esse

impulso de "vida em abundância" e de fidelidade com que a CLAR vai penetrando a vida e as comunidades dos 160.000 religiosos e religiosas do Continente ao colher, ela mesma, os frutos que o Espírito faz surgir nos lugares mais distantes e nos momentos mais impensados, nesta vida religiosa.

Nesta memória histórica da CLAR, nos acompanharam religiosos e religiosas que entregaram o melhor de si mesmos nos anos do nascimento e da consolidação da CLAR: a Ir. Maria Agudelo ODN, o Pe. Carlos Palmés SJ, Ir. Hermengarda Alves Martins RSCJ, e foram recordados Pe. Mateo Perdia CP, Fr. Luis Patiño OFM e Pe. Luis Ugalpe SJ, os quais não puderam estar presentes na reunião, e que estão escrevendo essa história. Homens e Mulheres de Evangelho cujo amor à Vida Religiosa é um testemunho e um convite à esperança e à gratidão.

Agradecemos de modo especial, o dom do Senhor à CLAR e à Vida Religiosa que significou para nós Ir. Hermengarda, por sua capacidade de animação, sua alegria contagiante, seu amor incondicional à Vida Religiosa e à Igreja na qual trabalhou pela comunhão.

Nesse contexto pascal, aprofundamos nosso momento presente e assumimos com serenidade, maturidade, fé e humildade os conflitos que a nós toca viver.

Convidados por nosso Presidente, Frei Luis Coscia, intuímos que uma nova etapa começa para a CLAR, ao cumprir seus 30 anos: "Etapa talvez de vida oculta, mas não por isso menos fecunda".

Etapa em que, "numa vital pertença à Igreja, na incondicional fidelidade à mesma e ao Magistério", reafirme "seu compromisso de comunhão e de diálogo com as diversas instâncias da Igreja e da Vida Religiosa".

Etapa na qual como "serva inútil que não pretende nenhum protagonismo eclesial ou social", viva seu serviço profético dentro da Igreja, com clareza, sinceridade, humildade, liberdade de espírito e fortaleza a favor dos empobrecidos", que são a pérola preciosa do Reino para nós, capazes de fazer, com o Espírito, novas todas as coisas na Igreja e na Vida Religiosa. Por isso, damos graças ao Pai com Jesus, porque isso Ele quis revelar somente aos pequeninos.

Terminamos nosso encontro com um envio que nos compromete a viver:

— "O sentir com a Igreja", como Dom Oscar Romero, Igreja que é povo de Deus, e cuja experiência vivemos nesses dias;

— Uma mística Pascal, porque a vida cristã, e de maneira especial a Vida Religiosa, só tem sentido na doação total, até à entrega da vida, como percebemos que vem acontecendo nesta Igreja e neste povo;

— A solidariedade; temos que trabalhar pela comunhão, porque foi o desejo de Jesus "que sejam um", e o sinal para reconhecer-nos como seus discípulos;

— A alegria e a esperança, porque se trabalhamos como Jesus para construir o Reino e não somos compreendidos, começamos a fazer parte dos Bem-Aventurados que padecem perseguição

por causa do Evangelho e, por isso, felizes e benditos;

Nós nos despedimos, unidos no mesmo chamado.

Com esta carta-mensagem enviamos um Informativo mais detalhado sobre a XXIII Junta Diretiva e o Projeto Palavra Vida.

Os Participantes da XXIII JUNTA DIRETIVA da CLAR.

4. ÀS RELIGIOSAS E AOS RELIGIOSOS DA AL INFORMATIVO DA XXIII JUNTA DIRETIVA DA CLAR

1 — INTRODUÇÃO

De Santa Tecla (El Salvador), a XXIII Junta Diretiva da CLAR quer partilhar com todas as religiosas e os religiosos da América, o que foi a experiência dolorosa e alegre desses dias de encontro (10-19 de abril de 1989).

Com o intuito de celebrar os 30 anos da CLAR, escolhemos, desta vez, a cidade de Santa Tecla para acompanhar os religiosos e as religiosas, bem como o povo salvadorenho, e para experimentar a presença viva de Dom Oscar Arturo Romero.

A Conferência dos Religiosos nos acolheu com extraordinário carinho e generosidade.

O breve contato que tivemos com o povo salvadorenho, nos impressionou fortemente: o clima de guerra em que vive; a maioria das famílias perderem vários de seus membros; a situação dramática dos despejados; a pobreza da

grande maioria da população. Isso, no entanto, não conseguiu destruir a fé e a esperança do povo.

Neste contexto, a concelebração eucarística na capela de El Hospitalito, onde Dom Romero foi assassinado, e junto a seu túmulo, na Catedral, nos fez compreender a relevância profética do seu testemunho, nos iluminou e estimulou a viver como ele, comprometido com os mais empobrecidos. Dom Romero foi um grande amigo das religiosas e dos religiosos e da CLAR, e sua lembrança nos convida a ser o que ele esperou de nós.

II — TEMÁTICA

A Junta Diretiva refletiu longamente sobre a situação do **Projeto Palavra Vida**. Enfocou o tema da Nova Evangelização, buscando esclarecer seu conceito e situar seus eixos e desafios, sobretudo em função da formação. Estudou; também, e aprovou o Plano Global para o período 1989-1991 apresentado pela Presidência; nestes três anos, a CLAR se propõe interiorizar o Concílio Vaticano II e suas concretizações latino-americanas em Medellín e Puebla, buscar caminhos para a missão evangelizadora da vida religiosa na América Latina, apoiar projetos de formação, conforme as exigências da Nova Evangelização, acompanhar a vida religiosa inserida e dinamizar um processo de conversão evangélica.

Vivemos nestes dias, num ambiente de fraternidade não apenas nas relações de simpatia e amizade, mas sobretudo, ao comprovar a coincidência das inquietudes que cada um traz de seu país, ao sentir os mesmos apelos que vêm de toda a América Latina, e especialmente

ao constatar que estamos vivendo do mesmo modo a missão própria de nossa vida consagrada.

III — PROJETO PALAVRA VIDA

O tema que mais ocupou nossa atenção foi o Projeto Palavra Vida.

História

Foi lembrado que este Projeto nasceu em outubro de 1985, quando os dirigentes do CELAM e DEVICON (Departamento de Vida Consagrada) pediram à Presidência da CLAR a colaboração para as celebrações do V Centenário da Evangelização da América Latina.

A Junta Diretiva da CLAR, reunida em Buenos Aires, em abril de 1986, assumiu esse encargo, comprometendo-se a "unir nosso esforço às iniciativas da Igreja na atualização do Vaticano II e na preparação do V Centenário da Evangelização", e recomendou à Presidência "uma constante atenção à Sagrada Escritura, lida a partir dos pobres" (cf. Atas).

O Papa João Paulo II, no Encontro com a Presidência da CLAR, em Bogotá (julho de 1986), relembrou a responsabilidade da CLAR na adesão à hierarquia e na "Nova Evangelização da América Latina".

A Presidência da CLAR determinou que o Projeto se destinaria aos Religiosos e às Religiosas, e que as Conferências Nacionais de cada país fariam os contatos que julgassem convenientes com os senhores bispos.

O trabalho foi entregue a uma Equipe de Reflexão que redigiu o primeiro texto que foi distribuído às Conferências Nacionais.

Esse projeto, na sua elaboração, aprovação e difusão, foi normalmente dado ao conhecimento de todos os organismos pertinentes, do mesmo modo que se dão a conhecer todos os demais projetos, realizações e decisões da CLAR. Isso se realizou principalmente no encontro do DEVICON, no Panamá, em fevereiro de 1987, quando foram apresentados os esquemas "Sub Verbo Dei", da mesma forma quando das reuniões da Junta Diretiva, em Buenos Aires, 1986, e no Haiti, 1987. Finalmente, por ocasião da X Assembléia Geral da CLAR, em Cochabamba, em junho de 1988, foi entregue o Projeto Palavra Vida.

Da mesma forma, a maioria das Conferências Nacionais de Religiosos e Religiosas apresentaram o Projeto às Comissões mixtas de Bispos e Religiosos, em seus respectivos países.

Reações

Por isso, causou surpresa à Presidência da CLAR e a todas as Conferências de Religiosos, o Comunicado do CELAM, de 10 de fevereiro de 1989, a todas as Conferências Episcopais da América Latina e a outras instâncias, bem como a aparição do mesmo no "Osservatore Romano" e outros meios de comunicação, expressando graves reservas acerca do Projeto Palavra Vida, sobretudo pela incidência que o Projeto poderia ter no campo pastoral.

Essa declaração do CELAM foi ratificada em sua Assembléia de Curaçao (março de 1989) e também pela CRIS (Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica), numa nota de 3 de abril de 1989, comunicada à Junta Diretiva pelo

Pe. Eusébio Hernández CAR, oficial da CRIS.

A Presidência da CLAR buscou diferentes formas de diálogo com o CELAM e com a CRIS, inclusive houve uma intervenção do Presidente da CLAR na XXII Assembléia do CELAM, em Curaçao. As Conferências Nacionais de Religiosos foram oportunamente informadas.

Nesta reunião da Junta Diretiva foram, também, partilhadas as experiências de cada Conferência sobre o Projeto Palavra Vida, e comprovamos com grande satisfação, o entusiasmo com que o mesmo foi acolhido por parte dos Religiosos e das Religiosas na maioria das Conferências, e os frutos que estão surgindo.

Este material não foi apenas usado em encontros comunitários de reflexão e oração em torno da Palavra de Deus, mas também em forma de retiros espirituais e em outras adaptações.

Foi-se formando uma corrente cada vez mais caudalosa, o que mostra que o Projeto responde à sede da Palavra que muitos têm, e à situação em que vivemos.

Também, alguns bispos manifestaram às Conferências Nacionais de Religiosos sua acolhida e satisfação por esse projeto.

Igualmente, foi muito iluminadora a intervenção dos peritos da Equipe Bíblica da CLAR, Frei Carlos Mesters O. Carm. e Pe. Mario Franco SJ, que abordaram com profundidade os questionamentos mais importantes ressaltados pelo CELAM e pela CRIS. Suas exposições foram, para nós, uma verdadeira alegria espiritual ao comprovar sua se-

riedade científica e, ao mesmo tempo, sua união evangélica, nascida da experiência de Deus e do contato com o povo.

Na redação do guia correspondente ao próximo ano, estão sendo consideradas todas as observações e críticas.

Discernimento

Todas essas reações negativas e positivas criaram em nós uma situação crítica e nos levou a uma atitude de discernimento.

Foi uma vivência do Mistério Pascal. Procuramos recebê-lo com humildade e abertura, e dedicamos muito tempo à consideração das objeções propostas por nossos pastores, com o desejo de corrigir e melhorar nosso Projeto, e de contribuir assim para fortalecer a união da Igreja. Às vezes, nos impacientamos pensando que essas preocupações intra-eclesiais nos distraem da atenção ao clamor ensurdecedor de nosso povo que tem problemas muito mais dramáticos e urgentes (Puebla 88-89).

Por outra parte, as críticas ao Projeto nos levaram a aprofundar e a reafirmar nossa opção fundamental como Religiosos e Religiosas na América Latina. Isso criou maior unidade e coesão entre todos os presentes porque nos ajudou a clarear mais nosso papel dentro da Igreja e a aprofundar a convicção de que temos que ser fiéis às linhas de renovação traçadas por nossos próprios pastores em Medellín e Puebla, e que constituem nossa identidade: uma experiência de Deus que invada toda a vida, a opção preferencial pelos pobres, o novo estilo de comunidade fraterna, a missão evangelizadora integral. Per-

der ou esvaziar essas características seria o pior serviço que poderíamos oferecer à Igreja, mesmo que fosse em defesa da paz.

Este é o propósito que está subjacente em nosso Projeto Palavra Vida e pedimos e agradecemos a nossos Pastores que com sua "autoridade vigilante e protetora" (LG 45) nos ajudem a ser fiéis ao Espírito.

Olhando agora para o futuro, se fortalece em nós a esperança de que se possa superar logo o problema surgido. Tanto por parte da CRIS como do CELAM, foi-nos dito que suas observações não são para interromper o Projeto e que sua intenção é que o Projeto Palavra Vida prossiga.

E, na verdade, encontramos em seus representantes a melhor disposição. Especialmente, queremos agradecer a presença serena do Pe. Eusébio Hernández, como um gesto de aproximação da CRIS.

Diga-se o mesmo da presença de D. Carlos Oviedo e a proximidade e fraternidade de Pe. Luis Eduardo Castañón, Presidente e Secretário do DEVI-CON, respectivamente.

Reunião CRIS — CELAM — CLAR

Imediatamente após a Junta Diretiva haverá nos dias 24 e 25 de abril, em Bogotá, um encontro entre responsáveis da CRIS, CELAM e CLAR, por iniciativa da CRIS, quando dentro do tema geral de comunhão e comunicação entre essas instâncias eclesiais, será tratado o Projeto Palavra Vida.

Esperamos que, ao término dessa reunião, após os devidos esclarecimen-

tos, se possa dar a conhecer a continuidade do Projeto. Desejamos que esse Encontro se realize com a disposição que se expressa no Documento da CRIS, "Religiosos e Promoção Humana", que fala precisamente de justiça, de compromisso com os pobres, de solidariedade, etc., e afirma: "Nem do caráter hierárquico da comunhão eclesial devem os religiosos temer algum obstáculo à generosidade e criatividade das suas iniciativas, porque todo o poder sagrado é concedido para promover harmonicamente carismas e ministérios. E mais, à genialidade dos projetos e das iniciativas são os religiosos animados, porque ela tanto concorda com a natureza carismática e profética da vida religiosa mesma". (nº 27)

O Presidente da CLAR, Luis Coscia, comunicará imediatamente às Conferências Nacionais de Religiosos e Religiosas, os resultados dessa reunião.

Acreditamos que todas essas dificuldades e esperanças sejam para todos um novo impulso em nosso seguimento de Jesus, vivendo cada dia à escuta da Palavra de Deus e de seus apelos, na realidade.

IV — AGRADECIMENTO

A Ir. Hermengada Alves Martins RSCJ terminou o seu período como Secretária Geral.

Em nome da Junta Diretiva e de todos os religiosos e religiosas da América Latina, queremos expressar nosso vibrante agradecimento à Ir. Hermengada, pelo serviço prestado à CLAR durante 12 anos e, sobretudo, no cargo de Secretária Geral. Todas as Conferências e inúmeros religiosos e religio-

sas puderam experimentar o calor de suas relações fraternas, sua criatividade, sua capacidade de organização, sua profundidade espiritual e, acima de tudo, o amor e o entusiasmo contagioso que a fez dedicar-se de corpo e alma à promoção e animação da vida religiosa na América Latina. Ela foi uma pessoa-chave, nos últimos anos, no trabalho da CLAR, orientado para a renovação da vida religiosa.

Num encontro fraterno, foram lembradas suas atuações à frente do Secretariado e, sobretudo, sua ténpera de mulher forte e a solidez de sua vivência espiritual que nos momentos difíceis se converteram num testemunho para todos.

Finalizamos, agradecendo ao Senhor que nos fez sentir fortemente sua presença, e o desejo de ser cada dia mais fiéis às interpelações de seu Espírito.

Os participantes da XXIII Junta Diretiva da CLAR.

5. COMUNICADO DAS PRESIDÊNCIAS DO CELAM E CLAR

Aos Presidentes das Conferências Episcopais e aos Presidentes das Conferências de Superiores Maiores dos Religiosos e Religiosas da América.

Conscientes do fervor religioso que despertou a iniciativa da "lectio divina" tão apreciada pela Igreja desde os primeiros séculos, e com o intuito de acolher os anseios espirituais dos religiosos e religiosas do continente nesta matéria, nos reunimos nos dias 24 e 25 de abril, na Sede da Confederação La-

tino-americana de Religiosos — CLAR —, por convocação da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedade de Vida Apostólica e sob a presidência de Dom Vincenzo Fagiolo, Secretário da mesma, o Presidente e o Secretário do Conselho Episcopal Latino-americano — CELAM —, Dom Oscar Andrés Rodríguez Maradiaga, SDB, e o Presidente e o Segundo Vice-presidente da CLAR, Ir. Israel Nery, F.S.C.

Num ambiente de oração, fraternidade e profundo amor à Igreja, consideramos vários aspectos da vida eclesial no continente, especialmente quanto à relação e à colaboração da CLAR com o CELAM na linha da “nova” Evangelização desejada pelo Santo Padre João Paulo II, para a digna celebração dos 500 anos da chegada da cruz salvadora à América.

O ponto central de nossa agenda foi um aprofundamento do mistério de comunhão da Igreja, comunhão de fé, de vida sacramental e de disciplina sob a autoridade dos sucessores dos apóstolos, os quais têm o carisma de assegurá-la, bem como o de discernir os carismas que foram dados pelo Espírito Santo para a construção da Igreja. Entre eles, cabe ressaltar a grande riqueza dos carismas próprios dos diferentes institutos religiosos, que durante cinco séculos contribuíram de forma decisiva na evangelização de nossos povos na América Latina.

Esta generosa presença espiritual e apostólica dos religiosos, abundante nos exemplos de santidade, de zelo e de generoso sacrifício, continua em nossos dias e permanece sendo indispensável e altamente apreciada por todos os pastores.

Hoje, esta presença quer enriquecer-se à luz da Palavra de Deus como caminho de renovação e conversão, para dar ao Povo de Deus um testemunho da total entrega e consagração ao Senhor e a seu Evangelho, na fidelidade de seu serviço à Igreja.

Dentro desse clima de comunhão foi estudado o projeto “Palavra-vida” e o folheto do primeiro ano, com sua introdução, publicado pela CLAR. A leitura da Palavra de Deus, que é o objetivo principal dessa iniciativa: alimentar a vida com a Palavra de Deus lida “a partir da realidade” (DV 8, 21 e 25) latino-americana e dentro da opção preferencial pelos pobres, proclamada em Puebla, e em união com nossos pastores, a consideramos de enorme valor para a renovação da vida religiosa e de grande importância pastoral para o Povo de Deus, na América Latina.

Tendo presentes as observações das Conferências Episcopais e do CELAM, bem como a nota da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica de 3 de abril, chegamos aos seguintes acordos:

1. Suspender a difusão do folheto correspondente ao primeiro ano e advertir os religiosos que não se deve usá-lo por causa das falhas substanciais, anotadas pela Congregação, pelas Conferências e pelo CELAM.
2. Reelaborar um guia introdutório a todo o projeto, no qual fique explícito que a Tradição, a Escritura e o Magistério da Igreja “estão unidos e ligados de tal modo que nenhum pode subsistir sem os outros” (DV 10), e se supere qualquer apresentação unilateral ou que possa ser reducionista ou ideologi-

zada da Palavra de Deus. Deve-se insistir, é claro, numa dimensão libertadora integral do homem, de acordo com as duas Instruções "Libertatis Nuntius" e "Libertatis Conscientia".

3. Reelaborar o material (fichas, folhetos, etc.) correspondente ao primeiro ano, insistindo nos aspectos da oração, leitura e aprofundamento pessoais, conversão e maior compromisso no serviço da Igreja, de acordo com os próprios carismas da vida religiosa.

4. Para os anos subseqüentes, sem esquecer os ricos valores que estão subjacentes em todo este processo de maior conhecimento da Palavra de Deus, buscar-se-á elaborar, por parte da CLAR, em entendimento e colaboração com o CELAM, os subsídios correspondentes para, deste modo, unirem-se religiosos e religiosas do continente, numa feliz celebração do V Centenário, num ambiente de plena comunhão eclesial com seus pastores.

5. Da mesma forma, para evitar confusões sobre esta iniciativa, de leitura da Palavra de Deus como caminho de conversão e renovação da vida religiosa, sugerimos que, daqui em diante, seja a mesma chamada de PLANO "PALAVRA-VIDA".

Queremos agradecer ao Senhor a graça que nos concedeu de poder partilhar, em fraternidade, este momento de Igreja, que cremos providencial para o Povo de Deus que peregrina na América Latina e ao qual, tanto pastores como religiosos, estamos chamados a servir.

Agradecemos também o interesse e a presença entre nós, da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada

e Sociedades de Vida Apostólica, nas pessoas de seu Secretário Dom Vincenzo Fagiolo e do Pe. Eusébio Hernández O.A.R., Oficial da mesma.

Não queremos finalizar esta carta sem agradecer a tantas religiosas e religiosos que, em todos os rincões deste continente, trabalham com empenho e amor para tomar a Palavra de Deus como alimento de sua vida religiosa, estimulando os esforços realizados e apoiando decididamente as iniciativas em vista de um maior conhecimento e aprofundamento da Sagrada Escritura, que ilumina a realidade da América Latina e se converte em fonte de vida para nossos Povos.

Com sentimento de profunda estima e apreço.

Cordialmente, em Cristo,

Bogotá, 25 de abril de 1989.

† **Dario Castrillon Hoyos**

Bispo de Pereira, Colômbia
Presidente do CELAM

Frei Luís Coscia, OFMCap
Presidente da CLAR

PROFOCO — II ENCONTRO

Os leitores de **Convergência** certamente já estão habituados com a sigla ProFoco, iniciativa da CRB em prol da formação das religiosas contemplativas.

De 1982 a 1988 realizaram-se três ProFocos, cada um comportando várias etapas. Os dois primeiros reuniram superiores e formadoras dos diversos mosteiros do Brasil, com uma freqüência bastante animadora, e o terceiro foi aberto às bases. No ano de 1986 deu-

se o primeiro Reencontro das que haviam feito o primeiro ProFoco. Neste mês de abril de 1989, em Petrópolis, no Convento Madre Regina que apresenta condições excelentes para semelhante evento, realizou-se o segundo Reencontro, objeto desta notícia.

Um maior número de participantes era esperado. Vários fatores fizeram com que fôssemos apenas 28: sete beneditinas, seis carmelitas, quatro visitandinas, duas redentoristas, duas concepcionistas, duas clarissas, duas da congregação do Sion, duas passionistas e uma sacramentina.

Realizado nos dias 2 a 15 de abril, este Reencontro teve como objetivo: rever e avaliar o resultado do ProFoco para a vida das pessoas, dos mosteiros e da vida contemplativa em geral; favorecer o intercâmbio e troca de experiências entre as religiosas e entre os mosteiros; dar oportunidade para a explicitação de novos elementos para a formação permanente; atender às solicitações e necessidades da Vida Religiosa contemplativa para maior aprofundamento de sua vocação na Igreja.

Para atingir este objetivo, após pesquisa feita entre as interessadas, foram elaborados temas, assim programados: Psicologia da Integração Pessoal; Vida Religiosa Contemplativa e Nova Evangelização; Princípios de Orientação Espiritual, ministrados respectivamente por Ir. Ninfa Beker, FSP, Padre Francisco Taborda, SJ e pelos Padres Walter Conlan, SJ e Patrick Leonard, CSSp que trabalharam em equipe.

A avaliação final nos levou a constatar a atualidade dos temas oferecidos e sobretudo a qualidade dos orientadores

dos estudos e técnicas de trabalho, que nos falaram não só por seus conhecimentos e experiência, mas também por seu testemunho de vida.

De outro lado, o grupo esteve à altura, respondendo com pleno interesse e disponibilidade, seja por seus questionamentos, seja pela disposição de — sobretudo na questão da Orientação Espiritual — entrar voluntariamente em uma dinâmica verdadeiramente experimental.

O bom nível das celebrações Litúrgicas — Laudes e Vésperas com Missa integradas — também marcou estes dias de convivência fraterna.

Lamentamos que um número maior de formadoras não tenha podido responder ao convite da CRB que se empenhou em nos servir, respeitando plenamente os diversos carismas, interessada em que nos tornemos cada vez mais pessoas e comunidades de oração contemplativa preocupadas evangelicamente em atender, a nosso modo, ao convite do Santo Padre João Paulo II, em vista da proximidade dos 500 anos da descoberta de nosso Continente e do ano 2000, ambas datas símbolo a apelar para a urgência de uma nova evangelização.

Além de termos muito recebido para nossa vida pessoal, saímos, sem dúvida, com novos e valiosos instrumentos de trabalho. E acreditamos que todos os objetivos do Reencontro foram muito bem atingidos.

Queremos demonstrar aqui nosso profundo agradecimento ao Irmão Claudino Falchetto, Presidente Nacional da CRB, à equipe coordenadora do Pro-Foco, à Irmã Elza Ribeiro, assessora que nos

acompanhou nesses dias com sua dedicação já conhecida, aos professores e a todos que deram a sua colaboração para o êxito deste Reencontro.

Que possa a CRB continuar empenhada na atualização, no incentivo e crescimento de nossas comunidades dedicadas à vida contemplativa, de modo a respondermos sempre melhor ao hoje da Igreja e do mundo onde nos achamos inseridas.

Ir. Mectildes Vilaça Castro, OSB

XL CERNE

O XL CERNE se realizou na capital mineira, de 7 de março a 21 de abril de 1989.

Mais uma vez, na Casa de Retiros São José — no Bairro Dom Cabral — durante 47 dias, reuniram-se 54 religiosos, vindos de 16 estados da Federação, do Distrito Federal e de Angola, para uma renovação espiritual, conforme a proposta da CRB Nacional, desde 1977. Com faixa etária aproximada de 51 anos, religiosos com 20 a 49 anos de vida consagrada ao Senhor e ao serviço dos irmãos. Eram 7 sacerdotes, 5 irmãos e 42 irmãs.

Pertenciam a 43 Congregações, com ampla experiência de missão, inseridos nos mais variados setores pastorais, o que possibilitou uma troca de vivências não obstante as divergências que aliás foram superadas com o diálogo e a acolhida das diferenças, os esclarecimentos e as constantes avaliações feitas pelo grupo, na presença da coordenação.

Nesta sessão, Ir. Daniela Vasconcelos, Pastorinha, substituiu Ir. Maria de Lurdes Gascho — atualmente Superiora Geral das Irmãs Catequistas Franciscanas — que coordenara o Cerne, nos anos de 1987 e 1988.

Na abertura, Ir. Claudino Falchetto, Presidente Nacional da CRB, esteve presente com sua palavra amiga e animadora, bem como Pe. Geraldo de Oliveira, Superior Provincial dos Redentoristas, e membros da Diretoria e Assessoria da Regional de Belo Horizonte.

O programa curricular manteve o grupo interessado e grande foi a participação do mesmo, tanto nas palestras como nos grupos e plenário. Valioso foi o tempo dedicado à leitura e à oração pessoal: duas horas diárias de confronto e maior compromisso com a Palavra de Deus e as palestras proferidas.

Além das matérias próprias do CERNE, houve outras atividades, tais como: apresentação dos carismas das congregações participantes, grupos de vivência, orientação espiritual semanal, passeios em pequenos grupos, recreações comunitárias, revisões periódicas, equipes de serviço e animação.

Orações comunitárias e litúrgicas foram alimento diário para a comunidade e os pequenos grupos, durante todo o tempo.

Merece destaque a Semana Santa que foi carinhosamente preparada e celebrada por todos, dia após dia, do Domingo de Ramos ao Aleluia Pascal. Na Quinta-Feira Santa, no Mineirinho, participamos da Missa da Unidade: o Povo de Deus em comunhão com seus Pastores. A Última Ceia foi celebrada pela

comunidade, em casa, numa cerimônia íntima e participativa. Na Vigília Pascal — após um dia de silêncio, jejum e oração — a Ressurreição do Senhor uniu e alegrou os corações dos cernistas e dos funcionários em torno das Mesas da Eucaristia e da Confraternização, artisticamente decoradas para o evento.

No belíssimo dia ensolarado que iniciava o mês de abril, Congonhas do Campo e Ouro Preto foram as duas cidades históricas escolhidas pelo grupo para o passeio comunitário, tradicional no CERNE.

O churrasco, no bosque da Casa, propiciou momentos alegres e descontraídos, ao redor das mesas e ao som de músicas e canções folclóricas. Foi um domingo vivido na simplicidade e na fraternidade.

Como sempre, o Retiro final foi um momento alto e o mais importante para a maioria, graças aos Orientadores, ao trabalho desenvolvido durante todo o CERNE, bem como à seriedade de todos. Aproveitaram desse tempo para encontrar-se mais a sós com Deus, para dedicar-se ao Projeto Pessoal de Vida e dialogar com seu(sua) Orientador(a), em busca do refortalecimento de sua opção religiosa, no seguimento de Jesus Cristo e no serviço aos mais necessitados de nova evangelização.

No Dia de Tiradentes, encerrou-se o XL CERNE com a Celebração Eucarística presidida por Pe. José Estevam de Paiva, Presidente Regional da CRB. Também estiveram presentes Pe. Geraldo de Oliveira e muitos religiosos ligados aos cernistas concluintes.

Percebe-se que muitos são os que aproveitam do CERNE como "uma ja-

nela que se abre", pois nele se "respira uma golfada de sangue novo oxigenante como a claridade solar que entra e muda a qualidade do ar de todo o ambiente".

Contudo, maior proveito tirariam ainda se houvesse mais preparo a fim de nele entrar e percorrer o caminho proposto, desde 1977; caminho já trilhado por 1.857 religiosos de 208 congregações e institutos, nesses 40 cernes já realizados.

Deus seja louvado pelo bem que se fez!

Que Maria a todos reúna em torno do Bom Pastor para ouvirem e seguirem a voz daquele que é "o Caminho, a Verdade e a Vida"!

Ir. Daniela Vasconcelos, IJBP
Diretora do CERNE

Ir. Jorge Moreira Ribas, FMS
Diretor do CERNE

QUE SIGNIFICA RBR?

In L'OSSERVATORE ROMANO — 9 de abril de 1989 — Pág. (183)/7

Somos cerca de 400 religiosos e religiosas brasileiros aqui em Roma, das mais diversas Congregações e procedências, e julgamos que era oportuno criar um grupo ou movimento que nos congregasse mais intimamente. Daí a idéia do "RBR" (Religiosos Brasileiros em Roma), como um espaço de encontro e comunhão para todos os Religiosos (das Congregações masculinas e femininas) e amigos do Brasil, proporcionando-lhes precisamente o encontro fraterno e a comunhão a nível de Pátria, sintonia com a Igreja que está no Bra-

sil, e entrosamento também com a Igreja que está em Roma.

Com a finalidade de promover e reavivar sempre mais o ideal da Vida Religiosa, periodicamente nos reunimos, participando de algumas atividades em comum.

São diversos os motivos pelos quais aqui nos encontramos: — alguns estudam, outros prestam serviços nas direções gerais das respectivas Congregações ou em outras instâncias.

Sentimos a necessidade de sempre nos encontrarmos para um contínuo intercâmbio de experiências; para orarmos e celebrarmos juntos a Fé e a Vida. Também para aprofundarmos temáticas específicas da Vida Religiosa — em comunhão com todas as comunidades e com as atividades desenvolvidas pela CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) e pela CLAR (Confederação Latino-Americana de Religiosos).

Sentimos a necessidade de promover entre nós esses vínculos de comunhão e participação fraterna — como um dom de Deus e ao mesmo tempo como uma tarefa — cultivando o intenso dinamismo que brota das expressões e carismas da Vida Religiosa, vivamente valorizada em nossa terra.

A coordenação do RBR é constituída por um grupo de voluntários, chamado "Grupo Zero". Tal nome diz que precisamos sempre recomeçar...

"Onde vai o pássaro, leva o seu canto" dizemos nós brasileiros. Por isso a necessidade de reunirmo-nos, traduz nossa estima e apreço com que acolhemos as diretrizes da Igreja que está no Brasil — animada continuamente por

uma maciça percentagem de religiosos (as) inseridos nos mais diversos setores da Missão e da Vida apostólica.

A presença da Igreja no Brasil é notavelmente viva, participativa, comunicativa. Vindo a Roma, todos nos damos conta do quanto é espontâneo e, ao mesmo tempo, necessário manter esse clima de unidade e organização entre nós. Temos contato com a CRB e com a CNBB, com dioceses e comunidades no Brasil. E aqui em Roma, procuramos nos relacionar com o Vicariato de Roma.

Contudo, não gostaríamos de nos ver fechados em nosso círculo religioso, social e cultural. Daí o sentimento de trazer esta riqueza para partilhá-la com todos, em sintonia com a Igreja que está em Roma.

Oferecemos aos leitores algumas informações sobre as atividades desenvolvidas ao longo desses tempos em que nos encontramos rotativamente por aqui:

— Buscamos colaborar com os LEIGOS brasileiros que estudam ou trabalham aqui, celebrando mensalmente a Santa Missa na igreja de Sta. M. Madalena (bem pertinho do Pantheon, no centro de Roma) — aos terceiros sábados, às 18:00h.

— Todos os meses, às segundas-feiras, às 15.00h, no Colégio Pio Brasileiro, o RBR oferece o aprofundamento de um tema candente sobre a vida Religiosa e a Igreja.

Assim, em Janeiro de '89, o Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ refletiu conosco sobre a "Nova Evangelização e a Vida Religiosa no Brasil e na Amé-

rica Latina". Em Fevereiro, o Pe. Jacyr Braido, CS colocou-nos alguns pontos mais relevantes do Texto-base da Campanha da Fraternidade deste ano. Em Março (dia 13) celebramos o Sacramento da Reconciliação para uma maior e frutuosa preparação para a Páscoa do Senhor. Nesta ocasião recolhemos o óbulo de cada Comunidade, expressando por este gesto concreto pedido pela

Campanha da Fraternidade, nossa solidariedade e ajuda à Igreja do Brasil.

Em Abril, (dia 10) o Cardeal Ugo Poletti virá falar-nos sobre "o Sínodo de Roma e seus objetivos". Ele mesmo nos disse: "Irei com alegria e espírito fraterno".

Pe. Jacyr Braido, CS
Pe. Aldo di Cillo Pagatto, SSS

Lendo "Utopia e Nova Evangelização", página 427

Pe. Marcos de Lima, SDB

— *Como se move a utopia?*

A utopia é levada por duas asas: insatisfação do presente e desejo de um futuro melhor.

— *Sendo assim, podem as classes ricas alimentar utopias?*

Não, pois o seu presente é verdadeiramente a realidade desejada e precisamente o futuro se faz ameaçador. Para as classes ricas, nada melhor do que o presente e nada mais perigoso do que o futuro. E o passado só consolida esta sensação.

— *E no mundo dos pobres, qual é a utopia?*

A bandeira utópica máxima dos pobres é a libertação da opressão que lhes tira tempo e energia, lazer e disposição de sonhar com uma saída.

— *O que é evangelização?*

O anúncio, feito por palavras e gestos sacramentais, da realidade salvífica de Jesus Cristo, a fim de realizar a libertação de todos os homens e do homem todo.

— *E por que nova?*

Porque são mais do que novos os meios a se empregar (eletrônicos) e porque voltamos a usar meios que, faz muito tempo, deixamos de lado.

O COMPROMISSO DA IGREJA COM OS POVOS INDÍGENAS NO CONTEXTO PÓS-CONSTITUINTE: DIÁLOGO E SOLIDARIEDADE

Urge uma reflexão aprofundada sobre a importância da Pastoral Indigenista e um sério compromisso de diálogo e de solidariedade com os descendentes dos primeiros habitantes das Américas.

Dom Erwin Krautler

Altamira, PA

Nos dois últimos anos e nos primeiros meses de 1989, os Índios brasileiros obtiveram um espaço inédito nos Meios de Comunicação, no Brasil e fora dele. A presença de lideranças indígenas em Brasília, acompanhando as atividades do Congresso Nacional Constituinte, seu modo decidido e destemido de exigir que seus direitos fossem inscritos na nova Carta Magna, ultrapassaram todas as expectativas e garantiram um resultado razoável. E há poucas semanas, o Brasil e o mundo voltaram sua atenção para o Encontro dos Povos Indígenas realizado em Altamira, no Pará, onde os índios mostraram sua organização e sua determinação, opondo-se à construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, obra faraônica projetada às custas do meio

ambiente, das terras indígenas e dos interesses dos povos da região. O mundo inteiro aplaudiu a brava iniciativa dos índios de defender seu habitat e a obra do Criador.

Os índios, assim, dão passos decisivos para se tornarem os protagonistas do seu próprio destino(1). Mas este processo de libertação é acompanhado pela reação dos que vêm nos índios obstáculos ao progresso e empregam meios cada vez mais sofisticados para minar sua resistência. As notícias sobre homicídios e outras violências contra os índios também têm ocupado um espaço considerável nos Meios de Comunicação, embora raramente permitam compreender em detalhe os artifícios agora utilizados para reprimir a mobilização indígena.

Este comunicado à 27ª Assembleia Geral da CNBB buscará dar elementos para avaliar a política indigenista governamental no contexto pós-constituente e, a partir daí,

demonstrar o lugar e a importância da Pastoral Indigenista no âmbito da Igreja missionária e dos compromissos que ela implica, em suas várias dimensões.

I — A QUESTÃO INDÍGENA NO CONTEXTO PÓS-CONSTITUINTE: A LEI QUE AINDA NÃO SALTOU DO PAPEL PARA A VIDA

1) Os direitos indígenas na nova Constituição

A questão indígena no momento atual deve ser analisada a partir de dois eventos conjunturais ocorridos nos dois últimos anos: a discussão e votação dos direitos indígenas pelo Congresso Nacional Constituinte, e a promulgação da nova Carta Magna do País.

Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem agora uma Constituição que garante aos índios o direito à sua identidade étnica-cultural. Suprimiu-se do texto constitucional o objetivo de "incorporar os silvícolas à comunhão nacional", presente nas Constituições anteriores(2), reconhecendo-se aos índios a cidadania, o direito à organização social própria, costumes, línguas, crenças e tradições, e fixando-se o prazo de cinco anos para concluir a demarcação das terras que tradicionalmente ocupam(3).

O texto aprovado é o resultado de longas negociações entre lideranças partidárias. Em todos os momentos importantes da discussão, graças ao apoio do CIMI, lideranças indígenas estiveram em Brasília, procurando pessoalmente os senadores e deputados constituintes, para comprometê-los com a sua causa.

É inesquecível a presença de quase 200 índios no Congresso quando, em 1º de junho do ano passado, o plenário aprovou a redação do capítulo específico sobre seus direitos.

Esta mobilização e o apoio das várias organizações pró-índio resultou num elevado nível de consenso, na Constituinte, sobre os direitos indígenas. No segundo e último turno de votação plenária, na sessão de 30 de agosto de 1988, em 453 votos o capítulo sobre os índios obteve 437 votos favoráveis, 8 abstenções e 8 votos contrários(4). Portanto, era lícito esperar uma revisão imediata e radical na política indigenista do Governo, para adequá-la aos novos parâmetros constitucionais.

2) A violência contra os índios e suas terras

Para o Governo, porém, a Constituição de 1988 não existe. O texto aprovado sobre os direitos indígenas, suprimiu a distinção entre índios considerados em "elevado estágio de aculturação" e índios "não aculturados". O Governo, no entanto, continua aplicando o Decreto nº 94.946/87, que instituiu este artifício para atingir os territórios dos índios ditos "aculturados".

O avanço conceitual mais expressivo da nova Carta Magna consiste em admitir e determinar a garantia ao direito à alteridade cultural. As nações indígenas deixaram, finalmente — ao menos na lei —, de ser consideradas culturas em extinção. Apesar disso, o Governo insiste em implementar iniciativas que pressionam as comunidades indígenas a se integrarem à economia de mercado regional, alocando sua mão-de-obra, alienando os recursos naturais existentes nas suas terras e impondo reducionismos monetários às relações com a terra. Esta é a denúncia uníssona que chega dos povos atingidos pelo Projeto "Calha Norte". A sobrevivência física destes povos é submetida à prévia aceitação da barganha sobre seus direitos constitucionais. Pelo que nos afirmavam, enfaticamente, os prepostos governamentais, o Projeto "Calha Norte" não era para isso. Assim causa-nos justificadas apreensões a notícia sobre o PROFAFAO — Programa para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental(5) — que se poderá constituir em virtual "Programa Calha Sul" em relação aos povos indígenas da região.

O Governo, enfim, continua submetendo sua política indigenista ao monitoramento explícito dos órgãos de segurança. Antecipando-se à promulgação da Constituição, que extinguiu o Conselho de Segurança Nacional; o Presidente da República transformou a Secretaria Geral do Conselho em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN), dirigida pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete Militar

da Presidência da República, General-de-Divisão Rubens Bayma Denys(6). A SADEN substituiu a Secretaria Geral do CSN no Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de apreciar propostas de demarcação de terras indígenas (7). Trata-se pois, de uma das mais evidentes burlas à Constituição, patrocinada pelo mesmo Presidente que a ela jurou obediência.

A violência aos direitos indígenas ocorre tanto neste nível mais amplo, como também em nível particular.

Em documento histórico, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Pastoral denunciaram detalhadamente a drástica redução e o retalhamento da terra tradicionalmente ocupada pelo povo YANOMAMI. Encontramo-nos diante da prática de aberto genocídio (8). Lamentavelmente, embora esta denúncia tenha merecido ampla cobertura da imprensa, não ecoou nos ouvidos governamentais, surdos ao clamor dos YANOMAMI e da Igreja. Repugna-me a possibilidade de, por ocasião da nossa próxima Assembléia Geral, ter que informar os números deste massacre.

Como os YANOMAMI, também os GUAJÁ sofreram inaceitável redução de seu território tradicional. Após ter-lhe fixado os limites, o Governo — novamente antecipando-se à entrada em vigor da Constituição — reduziu-lhe a superfície em mais da metade, para atender a interesse de fazendeiros da região. A ilegalidade deste proceder é tão flagrante, que por iniciativa da Pro-

curadoria Geral da República, o Judiciário determinou a suspensão dos efeitos do segundo ato governamental (9).

Em 15 de setembro de 1988, o Governo, através do Grupo de Trabalho que aprecia propostas de demarcação de terras indígenas, fixou os limites de 19 áreas abrangidas pelo Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas — PMACI. A notícia não chamaria atenção, se a reunião do Grupo não tivesse sido concluída em apenas 45 minutos, decidindo-se a redução em muitas das áreas sob apreciação e a transformação do excedente em florestas ou parques nacionais, com flagrante prejuízo das nações indígenas afetadas. Além disso, impediu-se a presença, naquela reunião, de representantes indígenas das áreas em questão e do seu advogado. Deve-se observar que o PMACI, antes coordenado pelo Ministério do Planejamento, está agora submetido à SADEN(10). O estabelecimento de florestas e parques nacionais em áreas subtraídas das terras indígenas — procedimento idêntico ao utilizado contra os Yanomami — é o artifício pelo qual o Governo busca atender às exigências ambientais que condicionam o desembolso de parcelas de empréstimos contratados com bancos multilaterais, como o Banco Mundial. Para a opinião pública, afirma-se impudentemente que se quer proteger as terras indígenas com “cinturões verdes”. Omite-se, porém, o fato de que, em primeiro lugar, florestas nacionais são unidades previstas em função do aproveitamento econômico dos

recursos naturais, e não em função da preservação destes recursos(11) e, em segundo lugar, que não se podem sobrepor quaisquer outras figuras jurídicas às terras indígenas, por expressa determinação constitucional(12).

Resulta indispensável deter-se nestas filigranas jurídicas, via de regra ignoradas nos noticiários, para que se entenda a sofisticação com que se violam os direitos indígenas. O descumprimento dos preceitos constitucionais e legais, contudo, tem uma contrapartida mais cruel e visível.

Somente em 1988, foram reportados e confirmados 36 assassinatos de índios, 28 dos quais diretamente relacionados a conflitos de terra. Os casos mais graves foram o massacre de 14 índios Tikuna, no alto Rio Solimões, na tarde do dia 20 de março de 1988, em operação comandada por um madeireiro e invasor de terras indígenas, e os assassinatos constantes contra os Yanomami, que seguramente não se limitaram às nove mortes confirmadas. Afora os homicídios registraram-se também 25 mortes por doenças como sarampo e malária entre os Yanomami.

Também em 1988 foram registrados casos em que 59 índios sofreram algum tipo de agressão física, desde as tentativas de homicídio e espancamento, até o estupro. Ainda no mesmo ano ocorreram doze casos de detenção ilegal de índios Makuxi por agentes policiais.

Os dados desta violência são clamorosos por si sós e dispensam adjetivações. Contudo, apenas em quatro dos casos de assassinato houve a instauração de inquérito policial, dos quais somente dois foram concluídos. A omissão do Poder Público, infelizmente, também dispensa qualificativos.

Diante disso, a nova Constituição parece pouco significar. Os direitos nela inscritos ainda não "saltaram do papel para a vida", na expressão feliz de Dom Helder Câmara. Há um longo caminho a percorrer para que, afinal, sejam garantidos aos índios os direitos conquistados.

3) O fantasma da "internacionalização da Amazônia"

Durante o processo constituinte, a atuação do CIMI valeu-lhe a mais acirrada campanha jornalística jamais sofrida antes pela entidade. Na época — meados de 1987 — afirmou-se que o CIMI e a própria CNBB estariam ligados a cartéis internacionais de minérios, e que a pretexto de defenderem os direitos indígenas estariam, de fato, manobrando no sentido de cercear a participação de mineradoras brasileiras no mercado internacional e objetivando a internacionalização da Amazônia.

A abundante cobertura dada a esta versão pelos meios de comunicação ensejou a constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que ouviu os representantes do jornal que comandou a campanha, e examinou os documentos

que fundamentavam as denúncias. O parecer final do Relator da comissão concluiu pela total falsidade dos documentos básicos mencionados pelo próprio jornal denunciante, e inclusive propunha a remessa do material e do relatório ao Ministério Público, dadas as evidências de falsidade ideológica. Embora a votação do relatório tenha sido obstruída, ele foi assinado pela maioria dos membros da comissão, constituindo-se, assim, em posição final da comissão.

Passados quase dois anos, um dos documentos então evidenciados como falsos é novamente citado, desta vez pelo Ministro do Exército(13), procurando vincular o CIMI a intuições de internacionalizar a Amazônia. A inoportuna iniciativa ocorre no contexto da grande inquietação despertada no mundo todo com os desastres ecológicos impostos à Amazônia, notadamente as queimadas que em 1988 atingiram intensidade até então inédita. A preocupação da opinião pública internacional repercute nos Bancos multilaterais de financiamento, que passaram a incorporar cuidados ambientais como condição para o desembolso de parcelas de empréstimos contratados.

Por seu lado, o Governo procura explicar a desídia no trato do meio ambiente alegando, exatamente, a necessidade de incentivar atividades econômicas que produzam saldos suficientes para o pagamento da dívida externa. Assim fornecido o pretexto pelo próprio Governo, foram noticiadas propostas de converter parte da dívida externa brasi-

leira em cuidados ambientais, a serem fiscalizados com eventual participação de representantes da comunidade internacional(14). Na esteira destas notícias, o Governo passa a reagir com veemência, bradando contra as tentativas de internacionalizar a Amazônia e disparando petardos em várias direções — inclusive, novamente, contra a Igreja.

O CIMI pronunciou-se sobre a matéria na última edição do seu jornal(15), lembrando, inicialmente, que a Amazônia já está internacionalizada(16) e que, por isso, trata-se de devolvê-la ao Brasil, especialmente aos próprios Amazônidas. A conversão da dívida, por seu lado, revela-se um falso debate, dado o questionamento sobre a legitimidade desta dívida(17). Por isso, não se pode aceitar os reverberios dos nacionalistas de ocasião, justamente os que, no passado recente, implementaram políticas de trazer investimentos estrangeiros para a Amazônia.

Não se admite, portanto, que o discurso nacionalista oculte ou justifique a continuidade da agressão ao meio ambiente e do descumprimento dos direitos indígenas, como se fosse possível afirmar a soberania do Brasil exatamente com tais agressões e violências.

4) A situação atual dos povos indígenas nas Américas

As violências historicamente cometidas contra as nações indígenas, visando sua destruição física e cul-

tural para, assim, poder-se dispor de suas terras, não são peculiares apenas ao Brasil. O despojamento das terras, a dominação política e econômica e a opressão cultural são também comuns aos demais países americanos, como se constata observando a realidade em alguns deles.

No Canadá, as comunidades afetadas pelo Tratado de James Bay precisam dedicar grandes esforços para lograr, do Governo, o cumprimento das cláusulas acordadas.

Nos Estados Unidos, ameaçam-se os Inuit do Alasca com a redução de seus direitos territoriais. No resto do país, apesar dos 371 acordos firmados com o Governo, os povos indígenas precisam ir à Justiça para obter o respeito a seus direitos. Impõem-se aos índios restrições sobre o controle dos recursos naturais e negam-se seus direitos à terra.

No México, cometem-se assassinatos seletivos contra lideranças indígenas, espoliam-se as riquezas naturais das terras indígenas, planejam-se e constroem-se represas sobre os territórios dos índios, provocando migrações maciças para as cidades e para os Estados Unidos. O fenômeno atinge cifras alarmantes, desintegrando as comunidades e comprometendo a identidade destes povos.

Na Guatemala, os índios sofrem todos os efeitos da guerra civil. São tristemente comuns os massacres e destruição de aldeias inteiras, cometidos pelo Exército. Entre 1980 e 1988, 440 aldeias foram arrasadas. Mesmo sendo a maioria da

população — 65% do total — as 23 nações indígenas guatemaltecas, de ascendência Maya, sempre foram marginalizadas nos programas sociais, manipuladas para fins eleitorais e nunca consultadas sobre as iniciativas que as afetam.

Na Colômbia, as comunidades indígenas sofrem as conseqüências das escaramuças entre forças policiais, narcotraficantes e movimentos insurgentes. A resistência indígena é rotulada como subversiva e os índios tratados como terroristas, para justificar as ações militares contra eles.

No Equador, o Estado sofisma sobre os direitos territoriais indígenas, incentivando a invasão por companhias petroleiras multinacionais e empresas agropecuárias.

Na Bolívia, embora seja ampla maioria, a população indígena é excluída dos benefícios sociais, e nos últimos anos sofre toda a opressão desencadeada a pretexto de combate à produção de drogas.

No Paraguai, destroem-se as últimas florestas nativas, desalojando comunidades indígenas que não têm suas terras reconhecidas pelo Estado.

Estes são apenas alguns exemplos para evidenciar em que situação angustiante os índios se encontram também em outros países deste Continente e para reforçar a necessidade de um empenho cada vez maior por parte da Igreja em resgatar a dívida histórica que a sociedade tem com as populações indígenas. Especialmente neste tempo de preparação para a comemoração do 5º Centenário da Evangelização, a Igreja toda precisa se dar conta de que a Pastoral Indigenista não é apenas assunto de uma ou outra diocese, mas ultrapassa todas as fronteiras. Urge uma reflexão sempre mais aprofundada sobre as dimensões e a importância desta Pastoral em nível continental e um sério e sincero compromisso de diálogo e de solidariedade com os descendentes dos primeiros habitantes das Américas.

II — A PASTORAL INDIGENISTA: UMA PASTORAL GLOBAL, INTEGRAL E ESPECÍFICA

Todas as questões pertinentes à política nacional e internacional têm uma incidência direta sobre as aldeias indígenas. A concentração do capital e da terra, a política energética e a devastação ecológica, a integração do Brasil no mercado internacional, o endividamento dos países latino-americanos e a pauperização das grandes majorias deste continente — tudo isso recai com maior peso ainda sobre as aldeias

indígenas, cuja representação política, particularmente nos países onde são minorias, é bastante precária.

1) Pastoral Global

Desde as primeiras lutas pela justiça para os povos indígenas, a questão indígena está inserida no contexto nacional, continental e internacional. O zelo incansável de um Bartolomeu de las Casas e a

criatividade jurídica de um Francisco de Vitória forjaram, a partir da realidade indígena nas Américas, “contribuições para a doutrina dos direitos universais do homem, fundados sobre a dignidade da pessoa, independentemente da sua pertença étnica ou religiosa”(18).

Portanto, a Pastoral Indigenista é naturalmente uma Pastoral global, católica no sentido original da palavra. Os povos indígenas necessitam para a sua sobrevivência uma outra sociedade. A construção desta sociedade nova não é possível “correndo por fora” ou caminhando isoladamente. Para construir a sociedade nova, os povos indígenas devem saber atravessar criticamente a sociedade envolvente, saber tecer alianças, construir uma caminhada em conjunto (synodos) com todos os segmentos que buscam mudanças estruturais em função de espaços para uma vida mais digna. Nós, cristãos, vemos nestas mudanças tão almejadas, nas lutas pelo direito e a vida, uma aproximação à utopia do Reino. A Igreja é um instrumento e sinal deste Reino e a Pastoral Indigenista é um caminho específico no interior desta Igreja.

A Pastoral Indigenista como pastoral global exige um trabalho no interior da sociedade envolvente, de modo especial, em nossas dioceses e paróquias. Através da “Semana do Índio”, no ano passado sob o tema “Na Constituição os Direitos dos Povos Indígenas” e este ano “Assegurar os Direitos conquistados”, procuramos mobilizar a solidariedade das Igrejas locais e da sociedade civil, estabelecendo um

elo entre direitos humanos e justiça, amor divino e fraternidade. Às vezes ficamos impressionados com setores da sociedade civil, guiados por uma filosofia e vocação humanitária — artistas, jornalistas, advogados, políticos — que nem por vínculos profissionais, religiosos ou geográficos têm afinidade com os povos indígenas, assumem com simpatia e sacrifícios à bandeira dos índios. Quanto mais devemos nós assumir evangelicamente esta causa que, no sofrimento dos índios e nas pequenas vitórias, nos aproxima ao Cristo crucificado e ressuscitado. Faço mais uma vez um apelo a todos, também aos que não tiverem indígenas em suas dioceses, de emprestar-nos o peso de sua voz, o fervor das suas orações, a força moral do seu cargo e a sua capacidade convocatória que devemos, como serviço, aos pobres e aos outros.

Na medida em que os povos indígenas reencontram neste País uma perspectiva de sobrevivência, de dignidade e esperança, enfim uma perspectiva do Reino, também as outras causas — os sem-terra, os lavradores, os operários, os menores abandonados, a nossa juventude, os migrantes — encontrarão um caminho de esperança e uma perspectiva de vida. O povo messiânico, chamado para a restauração do mundo em Jesus Cristo, é um só.

A Pastoral Indigenista como pastoral global exige de nós também um trabalho pedagógico junto aos povos indígenas, um trabalho que explica os mecanismos globais da sociedade envolvente, o funciona-

mento da economia, o sistema jurídico, político e religioso. Cada um destes 180 povos indígenas que habitam o solo brasileiro, tem que ser capaz de fazer alianças além do seu horizonte étnico. Os povos indígenas precisam hoje saber que a sua luta não se trava contra "os brancos", mas contra setores dominantes e racistas da sociedade envolvente para os quais os povos indígenas são desnecessários e até — na sua visão de progresso e felicidade — um estorvo. Estamos fazendo um trabalho pastoral a partir dos "desnecessários" que consideramos pedras fundamentais para a construção do Reino.

2) Pastoral Integral

A Pastoral Indigenista, além de ser uma pastoral global, há de ser também uma pastoral integral. Isso é exigência de uma libertação integral que visa o homem todo e todo o homem. A opção de fé como pano de fundo dos nossos agentes, sobretudo dos leigos que representam uma força significativa de nosso trabalho, não dispensam uma certa divisão de tarefas, conforme os dons de cada um e as exigências específicas do processo de uma evangelização libertadora. Nem todos têm de ser enfermeiros, nem todos agrônomos, nem todos professores, nem todos catequistas. "Também na edificação do Corpo de Cristo há diversidade de membros e funções. Um só é o Espírito que, para utilidade da Igreja, distribui seus vários dons segundo suas riquezas e as necessidades dos ministérios"(19). Os serviços que prestamos aos povos indígenas estão articulados en-

tre si, no interior desta pastoral, e com as respectivas demandas dos índios. Todos inscrevem-se na "missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos..."(20), inscrevem-se num avanço fragmentado e numa busca integral do Reino. Os nossos serviços junto aos povos indígenas que abrangem um leque amplo que vai desde a defesa da terra até a catequese pré-batismal, são de uma ou outra maneira, expressão da nossa fé, credos da nossa esperança, sinais do Reino.

Assim, os serviços pastorais que prestamos aos povos indígenas se realizam em diversos níveis e dimensões. Há a defesa da terra, a assessoria jurídica, há os serviços no campo da saúde, da educação, a articulação de contatos e encontros e o apoio às organizações e iniciativas indígenas. Em sua Carta Encíclica "Sollicitudo Rei Socialis", o Papa João Paulo II vincula estes serviços pastorais com o mandado do Senhor. Diz o Papa: "Quando a Igreja se ocupa do 'desenvolvimento dos povos' não pode ser acusada de exorbitar do seu próprio campo de competência e, muito menos, do mandato recebido do Senhor"(21). Trata-se, a partir da opção de fé dos agentes, de uma evangelização como missão calada através do testemunho e da presença. Há muita diversidade nas situações históricas, em que os diferentes povos indígenas hoje vivem por este Brasil afora. O Nordeste indígena, já secularmente em contato com a sociedade envolvente e com o cristianismo, apresenta questões e demandas muito distin-

tas do povo Yanomami, na região montanhosa próxima à fronteira com a Venezuela. Procuramos responder a estas situações históricas diferentes através de uma presença e de serviços diferenciados. E nesta diversificação das tarefas, "o apostolado dos leigos é participação na própria missão salvífica da Igreja" (22). Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer aos nossos leigos que desde as origens do CIMI tiveram uma presença marcante junto aos povos indígenas e que cumprem no campo específico da sua competência a sua missão, sacrificam a sua vida e colaboram na construção do Reino.

Ao lado destes serviços que prestamos aos índios, existe no interior do CIMI um setor de "Pastoral de Inculturação" que procura na evangelização, na pastoral sacramental e na catequese, caminhos de uma aproximação cada vez maior às culturas dos respectivos povos. "A Evangelização perderia algo de sua força e de sua eficácia se ela porventura não tomasse em consideração o povo concreto a que ela se dirige, não utilizasse a sua língua, os seus sinais e símbolos", disse o Papa Paulo VI na inesquecível Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi" (23). Muito empenho e esforço existe neste setor. Não é justo, portanto, e não corresponde à verdade afirmar que o CIMI só age no campo social. Se computarmos todos os que trabalham em nome da Igreja junto aos povos indígenas e que, por isso, são membros do CIMI, há um perfeito equilíbrio entre o anúncio e a presença. Também é impossível separar mani-

queisticamente os dois serviços. O Vaticano II exorta: "Não se crie oposição artificial entre as atividades profissionais e sociais de uma parte, e de outra, a vida religiosa. Ao negligenciar os deveres temporais, o cristão negligencia os seus deveres com o próximo e o próprio Deus..." (24)

Convém lembrar também neste contexto que o CIMI não é uma Congregação ou um Instituto Missionário; é a soma de todos os missionários e missionárias — bispos, padres, irmãs, irmãos, leigos — que trabalham no campo indigenista. O CIMI propõe linhas de ação, que foram elaboradas e discutidas em suas assembleias; o CIMI presta serviços que as bases missionárias solicitam, mas não tem competência para intervir na conduta pastoral das respectivas dioceses que estão sob a responsabilidade de cada bispo local.

3) Pastoral Específica

A Pastoral Indigenista junto a um determinado povo com uma cultura e história diferenciadas da sociedade envolvente, é também uma pastoral específica. Depois de 500 anos de trabalho missionário que, infelizmente, não conseguiu edificar uma Igreja com "rosto indígena", existe hoje um consenso sobre a necessidade de uma "nova evangelização". "Nova no seu ardor, nos seus métodos, na sua expressão", dizia o Papa João Paulo II na XIX Assembleia do CELAM no Haiti, em 9 de março de 1983. Esta novidade tem dois pólos: a nossa nova postura diante da cultura e

da religião de outros povos. Somos hoje mais sensíveis quando se trata de distinguir artigos da fé de formas e tradições culturais. Aliás, já na Igreja antiga foi o campo cultural que dividiu os espíritos. Ao lado de um Justino (+ 165) que defendeu a presença de "sementes do Verbo" nas culturas pagãs como "preparação evangélica", encontramos em Tertuliano (+ 220), na *Didascalia Apostolorum* (sec. III) e em Jerônimo (+ 419/20) uma condenação violenta da religião e cultura pagãs (25). Apesar de todas as vozes céticas e apologéticas em relação à cultura greco-romana, o cristianismo a assumiu, se inculturou; helênizou-se e foi romanizado. A bandeira da inculturação, assim, não é uma novidade. Nova é a consciência de que nenhuma cultura pode servir como cultura padrão para a expressão da fé. Nenhuma cultura pode reivindicar para si o monopólio da inculturação. Em nenhuma cultura consegue-se expressar plenamente todos os mistérios divinos. Não resta outro caminho que a expressão da fé na multiplicidade das culturas que representam uma aproximação maior aos mistérios divinos que cada uma por si só. A pastoral específica exige a inculturação do mensageiro (agente de pastoral) e da mensagem como pressuposto da partilha (dos bens, do saber, da palavra), da participação, da compreensão e da solidariedade.

A antropologia e a experiência missionária nos ensinaram a reconhecer em todas as culturas, mediações possíveis para uma nova evangelização. A própria Igreja definiu uma postura de equidistância

frente a todas as culturas (26). "A Igreja não se prende, por força de sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura humana, sistema político, econômico ou social", nos diz o Vaticano II (27). No caso concreto das aldeias ainda não vigora esta equidistância. A nossa Igreja se apresenta ainda com uma roupagem muito ocidental, com uma linguagem muito difícil para poder ser plenamente assumida pelos diferentes povos indígenas. O Verbo encarnado veste a roupa e fala a língua dos respectivos povos. É o Vaticano II que já estimula esta "nova evangelização" quando declara: "Deus, com efeito, revelando-se ao Seu povo até a manifestação plena de Si no Filho encarnado, falou de acordo com a cultura própria de diversas épocas. A Igreja igualmente, no decorrer dos tempos, vivendo em variadas condições, usou os recursos das culturas para, na sua pregação a todos os povos, explicar e difundir a mensagem de Cristo, investigá-la e entendê-la mais profundamente a fim de melhor exprimi-la, na celebração litúrgica e na vida da variada comunidade dos fiéis" (28).

O que significa assumir, por parte da Igreja, as expressões simbólicas das diferentes culturas na administração dos sacramentos e na celebração eucarística? O que o próprio Concílio Vaticano II quer dizer quando afirma: "A Igreja não deseja impor na Liturgia uma forma rígida e única para aquelas coisas que não dizem respeito à fé e ao bem de toda a comunidade. Antes, cultiva e desenvolve os valores e os dotes de espírito das várias

nações e povos. (...) Salva a unidade substancial do rito romano, dê-se lugar a legítimas variações e adaptações para os diversos grupos, regiões e povos, principalmente nas Missões..." (29). O que significa assumir a história de cada povo no interior de uma história da salvação universal? A unidade da Igreja não é prejudicada pela catolicidade de Pentecostes que respeita a diversidade das culturas. Temos que distinguir a confusão de Babel, a confusão sectária, o narcisismo etnocêntrico, o egoísmo individualista e a uniformidade parda, da catolicidade de Pentecostes, da multiplicidade das vozes que compõe o "caminhar juntos" em múltiplos caminhos — o "sínodos" — e o "cantar juntos" em línguas e expressões diferentes — a "sinfonia" —. "Ēkusen symphonías" — "ouvram-se sinfonias" — diz o Evangelho quando o filho pródigo voltou para a casa do Pai (Lc 15,25). Contra a monotonia e a confusão destrutiva do pecado, a pluralidade dos caminhos e a multiplicidade das vozes do plano de criação, assumida na encarnação do Verbo, será definitivamente confirmada na casa do Pai.

É claro que, a partir das lutas indígenas por sua autodeterminação, a partir da sua afirmação étnico-religiosa e de seus questionamentos em relação ao passado, o CIMI também se pergunta sobre a dimensão do "diálogo religioso" de seu trabalho. Historicamente nunca se discutiu com os povos indígenas a legitimidade de sua religião, ou no interior das Igrejas, o seu valor salvífico. A questão indígena era sem-

pre do Departamento das Missões; era sempre uma questão de conversão ao catolicismo sem alternativa. Depois do Vaticano II e o Decreto sobre o Ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*) e as Declarações sobre a Liberdade Religiosa (*Dignitatis Humanae*) e as Religiões Não-Cristãs (*Nostra Aetate*), o diálogo com as diferentes culturas implica também num diálogo com os diferentes Credos. O Secretariado para os Não-Cristãos nos fornece as orientações para esta dimensão de nosso trabalho: "O diálogo é, acima de tudo, um estilo de ação, uma atitude e um espírito que guia o comportamento. Implica atenção, respeito e acolhimento para com o outro, a quem se reconhece espaço para a sua identidade pessoal, para as suas expressões, os seus valores. Tal diálogo é a norma e o estilo necessários de toda a missão cristã e de cada uma das suas partes, quer se trate da simples presença e testemunho, ou do serviço, ou do próprio anúncio direto" (30).

Conclusão

A inculturação e o diálogo religioso no contexto político global do País e do Continente, exprimem o compromisso do CIMI — como pequena parcela da Igreja missionária — com as atitudes de São Paulo, que não quis impor jugos culturais a outros povos (cfr. At 15, 28), e colaborar com a alegria dos cristãos na construção do Reino (cfr. 2 Cor 1,24). A inculturação é um instrumento que permite viver a proximidade sócio-cultural em analogia com a encarnação de Je-

sus de Nazaré (31). A inculturação é o seguimento de Jesus no contexto concreto de um povo, é a partilha do seu sofrimento e das suas esperanças. A Pastoral Indigenista como pastoral global, integral e específica, permite uma presença respeitosa em face da alteridade de tantos povos diferentes, uma presença crítica frente ao pecado, sobretudo da sociedade envolvente, mas também ao pecado nas próprias aldeias, e uma presença solidária no sofrimento e nas lutas dos povos indígenas.

Em agosto do ano passado, Bispos e Missionários que trabalham na Amazônia de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, reuniram-se em Fusagasugá, Colômbia, para analisar os grandes desafios da situação indígena amazônica atual. Um dos resultados deste encontro importante foi uma Carta ao Povo de Deus, assinada pelos participantes. Para encerrar este comunicado, permitam-me citar um trecho desta Carta que tão maravilhosamente se insere no tem-

po pascal que celebramos: "O Deus que Jesus Cristo nos revela não é um Deus indiferente a nosso sofrimento e alheio à nossa história. Revela-nos, ao contrário, um Deus que se encarnou em Jesus Cristo para identificar-se totalmente com nossa condição humana. Entregando sua vida por nós, venceu todas as forças do mal que nos impedem de viver nossa dignidade de filhos de Deus, criados à sua imagem. Entrou na história em um momento determinado e em uma cultura particular, mas por sua ressurreição, vitória da vida sobre a morte, atua agora no presente e no futuro de nossa história particular e universal, encontrando-se presente em cada cultura para permitir seu autêntico crescimento. (...) A Boa Nova não é só promessa. Pelo dinamismo de seu Espírito, sua realidade começa já aqui e agora. Todos nós, grupos e pessoas, somos chamados a colaborar na realização de seu Reino com o específico que nos compete, sabendo também que neste Reino os últimos deste mundo serão os primeiros" (32).

NOTAS

(1) Cf. as "Linhas de Ação" aprovadas pela primeira Assembléia Geral do CIMI, Goiânia, 24-27 de junho de 1975, Comunicado Mensal da CNBB nº 274 (julho 1975), p. 682 ss. (2) Cf. Art. 22, XIV, da Constituição de 1988, substituindo o dispositivo da alínea "0" do inciso XVII do Art. 8 da Emenda Constitucional de 1969. (3) Cf. Art. 231, "Caput", e Art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988. (4) Cf. Diário da Assembléia Nacional Constituinte, N. 304, 31/08/88, p. 13852. (5) A autorização presidencial para a criação de um Gru-

po de Trabalho Interministerial com vistas a este programa, proposta pela Exposição de Motivos nº 002 de 12/07/88, foi publicada no Diário Oficial da União de 15/07/88. O Grupo de Trabalho era coordenado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela nova Constituição, mas agora substituída pela SADEN — Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional. (6) A transformação foi operada através do Decreto Nº 96.814 de 28/09/88, publicado no Diário Oficial da União de 03/10/88, dois dias antes da promulgação de nova Constituição. (7) A parti-

cipação de representante da Secretaria Geral do CSN no GTI foi expressamente prevista pelo Decreto Nº 94.945/87. (8) Cf. Documento "Em Defesa do Povo Yanomami" Brasília, CNBB/CIMI 1988. Texto aprovado pela Presidência da CNBB e CEP em 15/12/88. (9) Os limites da terra GUAJÁ foram inicialmente fixados pela Portaria Interministerial Nº 076 de 03/05/88. A redução operou-se através da Portaria Interministerial Nº 158, de 08/09/88, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte. A liminar que suspendeu os efeitos desta, revigorando os da primeira Portaria, foi concedida nos Autos do Mandado de Segurança Nº 150.204-DF. (10) A Coordenação do PMACI foi passada à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, agora substituída pela SADEN, em março de 1988, conforme Aviso Nº 0153A. SC/042/88, de 10/03/88, do Gen. Div. Rubens Bayma Denys ao Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. (11) Cfr. Art. 5 "B", da Lei Nº 4.771/65 (Código Florestal, e Esclarecimentos de Magalhães, Juraci Perez — Comentários ao Código Florestal, Brasília, Senado Federal, 1980, p. 54). (12) Cfr. antes, o Parágrafo 1 do Art. 198 da Emenda Constitucional N. 1, de 1969, agora, o Parágrafo 6 do Art. 231 da Constituição de 1988. (13) Cfr. "O Globo" de 01 de março de 1989. Trata-se do documento intitulado "Diretrizes Brasil N. 4 — Ano 0, peça básica na Campanha movida por "O Estado de São Paulo" a partir de 09 de agosto de 1987, cuja falsidade foi exaustivamente demonstrada pelo exame da CPMI. (14) Cfr. exemplo, o Editorial do "New York Times" de 03 de fevereiro de 1989, reproduzido por "O Estado de São Paulo" de 04 de fevereiro de 1989. Recentemente, a "Folha de São Paulo", edição de 23 de março de 1989, publicou um caderno especial sobre a Amazônia, descrevendo estas e outras propostas para a região. (15) Coluna "Opinião" do

Jornal "Porantim" N. 166. — março de 1989, p. 2, intitulada "Pela Devolução da Amazônia ao Brasil". (16) A CNPQ registra 40% do subsolo amazônico em mãos de mineradoras estrangeiras. Ver "A Questão Mineral da Amazônia: Seis Ensaio críticos" — Francisco Rego Chaves Fernandes e outros, Brasília, CNPQ, Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1987. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) também considera que a internacionalização da Amazônia já está em curso. Cfr. "Folha de São Paulo" de 23 de março de 1989. (17) Cfr. "Desafio às Igrejas: a Questão da Dívida Externa", Mensagem final do Seminário Igrejas e Dívida Externa, CONIC e CESE, São Paulo, 28-30 de março de 1988. (18) Comissão Pontifícia "Justitia et Pax", A Igreja ante o Racismo. Em "L'Osservatore Romano" XX (8): 4-9, aqui N. 3, de 19 de fevereiro de 1989. (19) Constituição Dogmática "Lumen Gentium", n. 7 (14). (20) Constituição Dogmática "Lumen Gentium", n. 5 (6). (21) "Sollicitudo Rei Socialis", n. 8. (22) Constituição Dogmática "Lumen Gentium", n. 33. (23) Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi", n. 63. (24) Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", n. 43 (333). (25) Cfr. CNBB/CIMI (org.), Inculturação e Libertação Ed. Paulinas, São Paulo, 1986, p. 162 ss. (26) Exortação Apostólica "Evangelii Nuntiandi", n. 20. (27) Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", n. 42 (331). (28) Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", n. 58(390). (29) Constituição "Sacrosanctum Concilium" n. 37 e 38 (582/583). (30) Secretariado para os Não-Cristãos. A posição da Igreja perante os que seguem outras religiões. Em: "L'Osservatore Romano" XV (33): 4-5 aqui n. 29 e 44 (12/08/84). (31) Cfr. Constituição Dogmática "Lumen Gentium" n. 8. (32) CELAM, Departamento de Misiones, "Carta ao Povo de Deus", Fusagasugá, 28 de agosto de 1988, p. 12 e 14. □

Ao negligenciar os deveres temporais, o cristão negligencia seus deveres com o próximo e com o próprio Deus, *Gaudium et Spes*, nº 43.

MONAQUISMO E LIBERDADE

Reencontrar o Espírito na prática e achar os caminhos da liberdade, eis o desafio do monaquismo hoje.

Francisco Catão

O monaquismo é pouco conhecido. Evoca o passado medieval: homens e mulheres encerrados em seus respectivos mosteiros, sujeitos à disciplina estrita de uma Regra, sob um abade ou abadessa.

A liberdade é hoje um valor universal, um projeto de vida, um objetivo de todos, independentemente do sexo, idade ou classe social a que pertençam.

Qual a relação entre monaquismo e liberdade? Não estaria o monaquismo nas antípodas da liberdade? Não traria a liberdade a dissolução do monaquismo?

Deixando de lado as particularidades históricas, procuremos esclarecer logo a que nos referimos, quando falamos de monaquismo. É um fenômeno marcante da história do cristianismo, mesmo sem considerar, por exemplo, o budismo. Apesar das inúmeras mutações por que passou no tempo e no espaço, o monaquismo foi sempre caracterizado por um regime de vida consagrada, totalmente orientada para os seus objetivos. Dessa totalidade vem a idéia de unidade, que dá

origem à palavra monge, *monachus*, unificado: aquele que leva uma vida totalmente unificada em torno de um só, em última análise, em torno de Deus. O monge é um homem unificado pela sua consagração ao único e verdadeiro Deus. Àquele que dá sentido final e derradeiro a todas as coisas. O monge é "homem de Deus", *vir Dei*, como nê-lo apresentam os textos mais antigos.

Basta pensar no ateísmo moderno para entender por que o monaquismo é tão mal compreendido. Perde-se o sentido do monge quando não se sabe mais qual é o sentido da vida! É que o monge é sinal, manifestação de como compreendemos o mundo e do sentido que lhe atribuímos.

A importância do monaquismo vem precisamente do fato de exprimir uma visão do mundo, em termos cristãos, uma teologia. A prática monástica traduz e ao mesmo tempo sustenta uma teoria, a teologia. Por isso o monge se nutre da Palavra e da Celebração do mistério de Cristo. Sabemos a impor-

tância que tem, no desenrolar da vida monástica, a *lectio divina* e a liturgia. A *praxis* cotidiana do monge é estritamente pautada pelas Escrituras do Novo e do Antigo Testamentos, de que a Regra não pretende ser mais do que uma iniciação, uma primeira expressão.

Quando o monge se põe a pensar e a falar, sua teologia provém de sua vida, está radicada na *praxis*, na experiência. Daí a força que sempre teve na Igreja a teologia dos monges, de que toda a Patrística é o principal repositório. A Escola, as Universidades e as Faculdades se tornaram centros elaboradores e difusores das questões teológicas. Impressionante a facilidade com que se desviam, academizam ou se esterilizam, quando se desvinculam da *praxis* e se afastam do monaquismo. Monaquismo e teologia estão muito mais intimamente unidos do que hoje habitualmente se pensa.

O monaquismo constitui de fato um dos caminhos mais diretos para se captar a teologia predominante na Igreja em cada uma das épocas de sua história, por ser revelador da *praxis* cristã.

O monaquismo antigo, que sobrevive até hoje na Regra de São Bento, por exemplo, refere-se a uma mundivisão de caráter fortemente cosmológico e objetivo, que prevaleceu durante séculos. Progressivamente se foi verificando uma transição para outra mundivisão, em que predominam os aspectos subjetivos e contratuais, e que se projetou inevitavelmente no monaquismo

denominado, daí por diante, vida religiosa e centrado mais nos votos e no engajamento do sujeito do que na totalidade da consagração, em que o monge morre para o mundo e vive somente para Deus.

Tanto o monaquismo antigo, fundado numa visão teocêntrica e objetiva, como a vida religiosa mais recente, baseada na inteira submissão a Deus, sancionada pelos votos, pertencem a uma teologia cujo dado fundamental é o primado de Deus. Primado absoluto, que se exprime na Lei Eterna, que preside tanto à obra da criação como a História da Salvação. Temos aqui um elemento de perfeita continuidade entre o Antigo e o Novo Testamento, que permitiu a seu modo assimilar a cosmologia greco-romana e permanece até hoje, num certo sentido, inalterado na Igreja, constituindo o núcleo da civilização ocidental cristã.

Nessa perspectiva, tudo se entende e deve ser vivido a partir de Deus, em conformidade com a Lei Eterna. O próprio Jesus veio para cumpri-la e o Espírito nos foi dado para podermos vivê-la com fidelidade nas múltiplas circunstâncias desse mundo que passa, aguardando a Escatologia. Não seria exagero afirmar que ainda hoje prevalece essa teologia na Igreja: basta aprofundar um pouquinho a mentalidade reinante para perceber logo na prática cotidiana, no comportamento, no culto e no modo de ver do povo cristão, esse modelo de universo presidido por Deus, Senhor Todo-Poderoso, Pai cheio de Misericórdia e Juiz Universal. A

perfeição desse universo foi perturbada pelo pecado, mas o Pai não hesitou em enviar o seu próprio Filho para reparar a ofensa em perfeita justiça, libertar-nos do pecado e trazer ao mundo a salvação, que se consumará na escatologia.

Essa representação do mundo, porém, não encontra mais eco na sensibilidade do homem contemporâneo. Tornou-se estranha a nossa cultura. As dissonâncias já são antigas. Durante muito tempo a Igreja timbrou em defender essa concepção do mundo, acreditando que se estava defendendo a si mesmo e lutando galhardamente pelo Primado de Deus. Desenvolveu-se, nesse sentido, aguerrido instrumental apolo-gético. Um melhor conhecimento da História, porém, revelando a variedade dos homens e das culturas em épocas e latitudes insuspeitadas, relativizou a tal ponto esta concepção antiga que hoje os cristãos já admitimos que se possa professar a fé e acolher a Boa Nova em qualquer cultura, desde que o homem esteja aberto à verdade e à justiça, na liberdade. Há infinitas maneiras de vivenciar a justiça, o respeito e o amor ao próximo. O cristão, longe de ser o arauto de uma determinada cultura, só é verdadeiramente fiel à sua vocação missionária quando busca exprimir o amor cristão numa linguagem, gestual ou verbal, numa *praxis* compreensível ao outro, homogênea à cultura daquele em cujo meio vive. São as exigências hoje elementares da assim chamada inculturação.

Surge aqui a importância da liberdade. A cosmovisão teocêntrica,

mesmo em sua forma cosmológica objetiva, reconhecia evidentemente um lugar à liberdade: a liberdade era condição de uma vida verdadeiramente humana, decorrente dos próprios fundamentos da vida moral, característica dos seres espirituais, corpóreos e incorpóreos, atributo divino, enfim. Assim entendida, porém, cosmológica ou metafisicamente, a liberdade constituía um foco de problemas, desde a sua compatibilização em Deus com a imutabilidade e a ciência perfeita, até o pecado, nos anjos e no homem, passando pela delicada questão da conciliação entre a constante assistência indispensável do Criador à criatura, com a efetiva indeterminação do ato livre.

Em diversos momentos críticos de sua história o monaquismo se ressentiu profundamente dessas dificuldades, que o projetavam ora na pseudo-piedade do abandono quietista, ora na auto-suficiência do combate espiritual, em termos pelagianos ou semi-pelagianos.

Difícilmente medimos hoje o alcance real de todas essas dificuldades, pela simples razão de que culturalmente os problemas não se colocam mais assim, para nós. Na nossa cultura, a liberdade não é elemento de um conjunto, por mais importante que a considerarmos. A liberdade está hoje no centro do mundo, é o valor fundamental, que dá sentido a tudo e sem o que nada tem sentido. O homem tem consciência de existir para ser livre e a vida só tem sentido quando programada, pensada e vivida em função da liberdade: liberdade para si

mesmo, liberdade para os outros, liberdade para todos. Deus mesmo é liberdade e quer ser encontrado livremente, na liberdade. A prática da liberdade é a base e o coroa-mento da vida humana.

Num mundo que assim pensa, seria o Evangelho inculturável? Eis aí uma questão fundamental, hoje em dia. Em outras palavras: face ao mundo que tem a liberdade como valor supremo, há lugar para a manifestação do mistério cristão? Acreditamos todos que sim, mas talvez estejamos ainda longe de nos dar conta de como e por que caminhos.

Respondemos sim porque a liberdade é um dado fundamental do Novo Testamento. Há o caso de Paulo, cuja vocação e pregação tem como centro a liberdade do Espírito, para a qual o Cristo nos libertou do pecado e de toda a lei, na qual somos chamados a viver uma vida nova, em que contam somente a liberdade e o amor. Mas há sobretudo o exemplo do próprio Jesus, pedra angular da Nova Aliança, cuja vida e morte foram fruto de uma liberdade perfeita em relação a tudo e a todos, numa submissão total, livre e amorosa ao Pai e na docilidade perfeita ao Espírito de Amor.

Os cristãos precisamos hoje encontrar os caminhos da liberdade, pois enquanto não o fizermos permaneceremos culturalmente estranhos ao mundo em que vivemos. Sem sabermos bem por que, nosso testemunho se esvaziará cada vez mais, por não falar a linguagem da

liberdade. Nossa palavra parecerá oportunista, nosso gesto de caridade na escola ou no hospital, proselitista, e nosso engajamento, sectário. Ou a prática da liberdade passa a marcar profundamente a face da Igreja, ou o Evangelho continuará talvez a ser anunciado, como uma mensagem porém de outra cultura, numa linguagem incompreensível.

Configura-se aqui o papel do monaquismo. Da mesma forma que no passado homens e mulheres se consagraram totalmente a Deus, tornando-se expressão de uma vida unificada n'Aquele que a tudo dá sentido, precisamos agora de comunidades cristãs totalmente doadas à prática da liberdade, que dá hoje sentido à vida humana, pessoal e social. Comunidades em que a liberdade seja o valor por excelência e a principal característica constituem hoje, a nosso ver, uma exigência pastoral ineludível: são o fermento missionário indispensável, o sal da terra, o fogo que veio trazer Jesus, a interface indispensável para que ecoe no mundo a Boa Nova da salvação, de que é depositária a Igreja.

Se entendermos o monaquismo como irremediavelmente vinculado à representação cosmológica do primado de Deus, talvez seja preciso concluir que não tem lugar numa Igreja missionária, em diálogo com o nosso tempo. O mundo da liberdade teria tornado anacrônico o monaquismo. Acreditamos, porém, que não seja assim. Da mesma forma que a Igreja, o monaquismo é capaz de renovação profunda e de

encontrar a sua identidade e sua função num mundo que vive em função da liberdade. A liberdade só ameaça e dissolve as estruturas monásticas herdadas de uma cultura que, não podendo desconhecê-la completamente, procura limitá-la, retê-la cativa e dissimulá-la, em função da Lei Eterna, prismatizada em infinitas formas de dominação, nem sempre inteiramente sadias.

O monaquismo não pode ser considerado unicamente como reflexo da ordem cósmica ou expressão acabada da disciplina eclesiástica no cumprimento extremado dos votos, especialmente de obediência, embora a evolução histórica da Igreja no Ocidente o tenha empurrado nesse sentido. Há um elemento de liberdade presente no monaquismo antigo desde a origem, que precisa ser redescoberto, revalorizado e acentuado, para que possa voltar a ocupar seu lugar de ponta na Igreja em marcha.

Este elemento é a docilidade ao Espírito, que leva o monge para o deserto, como Jesus, e o faz seu testemunho, como os profetas. De fato, o monaquismo antigo nasceu de um gesto de liberdade, levado até o fim. A vida do monge era uma anacorese contínua, uma ruptura com tudo. Uma libertação do mundo, de suas pompas e de suas obras, libertação da cultura pagã e vida segundo o Espírito, que é liberdade.

A prática monástica é por natureza expressão realizada e concreta da vida cristã. Assim como o cristão é chamado a ser um homem

livre e viver da liberdade para a qual o Cristo nos libertou, o monge deve praticar a liberdade sob todos os seus aspectos. A vida monástica é um projeto de libertação total, inclusive de si mesmo, para desabrochar na prática efetiva da liberdade total, que só é possível no Espírito, no amor.

Seria preciso aprofundar inicialmente esse aspecto primordial do monaquismo como libertação total de toda opressão social, econômica e psicológica, fruto de um julgamento maduro sobre a transitoriedade do mundo e sobre si mesmo, que dá ao monge, como pessoa, a liberdade interior em relação a tudo, uma visão e uma aceitação tranqüila e alegre do que é o mundo, o reconhecimento dos limites da vida que viveu ou está vivendo e, ao mesmo tempo, o alcance e a significação dessa vida para si mesmo e para o mundo. É o que São Bento chama de humildade, no capítulo sétimo da Regra.

Radica-se aqui, na liberdade interior, pessoalmente cultivada até o fim, a seriedade da vida monástica, seu centro de gravidade. Todo monge é basicamente um anacoreta, um eremita. Sem a prática efetiva da solidão, esse hábito constantemente entretido de silêncio, de que fala a Regra no capítulo sexto, a vida no mosteiro pode ser agradável, bela e proveitosa, mas não alcança seu centro de gravidade e de estabilidade, torna-se mais cedo ou mais tarde rotineira, opressiva e inútil.

Radificada na libertação de si mesmo, a liberdade interior flores-

ce em liberdade espiritual, "pneumática". Ao asceta soma-se o místico.

Tocamos aqui outro ponto crucial do monaquismo antigo, que adquire hoje, num mundo de liberdade, importância primordial. O monge é um espiritual, *vir spiritualis, anêr pneumatikós*. O mosteiro, viveiro e vitrine do Espírito: foco de presença do Espírito na Igreja.

Mais do que lugar de consagração a Deus, num mundo que desconhece a Deus e baniu os deuses de sua cultura, o mosteiro é foco de espiritualidade para um mundo que busca desesperadamente o sentido da vida e o presente na liberdade, que é o Espírito.

Conhecessem os cristãos o Espírito Santo e o vivessem, seriam hoje o sal da terra e a luz do mundo, o fogo que Jesus veio trazer à terra. Justamente é esta a missão do monaquismo. Seríamos até levados a pensar que o drama da Igreja hoje é a carência de monges e talvez o fato de que aqueles que assim se denominam não terem percebido até o fim, o sentido de sua missão. Perdemos o sentido do Espírito. A prática cristã moralizante, inclusive nos mosteiros e até predominantemente em muitas congregações religiosas, esvaziou o Espírito que conseqüentemente foi quase eliminado da teologia. Dissolveu-se a força da comunhão, trocada pela disciplina. Desapareceu a liberdade.

Reencontrar o Espírito na prática e achar os caminhos da liberdade é o principal desafio que en-

frenta hoje o monaquismo, para se encontrar e encontrar seu lugar na Igreja.

É todo um programa de renovação monástica e cristã, que interessa evidentemente a toda a Igreja, a todos nós, cristãos. Como avivar, fortalecer e desenvolver o aspecto "pneumático" da vida cristã e do monaquismo, tornando-o aos olhos do mundo e da Igreja, foco de liberdade, sacramento da libertação?

O monaquismo precisa inicialmente tomar consciência da direção em que deve caminhar. Sem deixar evidentemente de lado nenhum de seus valores, consagração, votos, anacorese, solidão, assiduidade na *lectio divina* e na celebração, com aceitação plena da condição humana, que deve trabalhar para viver, o monaquismo precisa assumir na realidade a imagem de "punhado de homens libertados pelo Evangelho" e não o fará senão quando se tornar de fato e reconhecidamente, comunidade de espirituais.

O espiritual não é propriamente o carismático, embora entre nós se tenha criado uma certa confusão a respeito, de que nem sempre escapam algumas correntes monásticas, como nos ensina a história, passada e contemporânea. O carismático vê o Espírito como um dom, um carisma, a que procura se submeter e se deixar penetrar, mas nem sempre percebe que todos os dons do Espírito são para utilidade de quem os recebe e da comunidade. Não estando pois necessariamente em continuidade com o de-

sabrochar pessoal da liberdade, servindo-o mais do que constituindo-o, o carisma é para outrem.

Para o espiritual o Espírito não é uma coisa determinada, um dom, uma força, uma inspiração, uma palavra, uma capacidade, nem um fervor. O Espírito não se deixa captar, não se individualiza, não faz número. O Espírito é esse clima especial, esse ar que surge sem se saber como, de onde vem nem para onde vai, brotando do encontro de duas pessoas que se reconhecem, se respeitam, se estimam e se amam. Ar gratuito e misterioso, fruto da liberdade, a que denominamos amor. Onde há o Espírito há a liberdade. A manifestação do Espírito é o Amor.

O monaquismo é o viveiro e a vitrine da prática total, louca, *moria tou christou*, indiscriminada, absoluta do amor, no seio da Igreja, em nome do Evangelho. Por isso, no relacionamento com o outro, o próximo, o irmão, o peregrino, o hóspede, Cristo, Deus, o monge é chamado a se comportar como homem livre, para poder respeitar e amar, dando assim lugar ao Espírito, presente onde há relação interpessoal e liberdade.

O espiritual é aquele que vive de maneira pessoal e profunda, na liberdade, a realidade dessa presença do Espírito no seu relacionamento com o Outro e no relacionamento de todos os outros entre si. O Espírito presente é percebido na fé. Não uma fé cega, que crê no que não vê, mas uma fé ilustrada, sedenta por ver, *quaerens intellectum*, que se dota cada dia mais da

capacidade de perceber, na medida em que vai respirando o ar do Espírito, em contato com a Palavra, através da purificação e da noite. A fé do espiritual, enriquecida de inteligência, atravessa a noite no aguardo do Esposo, que chega com o raiar do dia que não tem fim. Por isso o monaquismo é a *praxis* onde brota a verdadeira teologia.

Monaquismo e liberdade, longe de entrarem em choque ou se anularem, precisam se dar a mão, se casar, para se encontrarem, um ao outro: o monaquismo, o caminho da totalidade e da unidade significativa na Igreja e no mundo; a liberdade, seu sentido derradeiro, que é o Espírito do Pai presente entre os homens salvos por Jesus Cristo.

Todos os cristãos, responsáveis que somos pela Igreja, devemos ter presente a importância do monaquismo, viveiro e vitrine da liberdade. Da prática monástica, inserida no mundo de hoje, na realidade de nossa América Latina sequiosa de liberdade, nascerá a verdadeira Teologia da Libertação. Nessa mesma prática se deve inspirar toda pastoral libertadora, sem o que não chegará jamais a atingir o seu centro de gravidade, que é a liberdade espiritual do monge e da comunidade cristã. Poderíamos até pretender que as comunidades eclesiais de base têm no monaquismo o seu padrão, sua fonte genuína, pois ambos se reclamam dos resumos dos Atos, em que se retrata a primitiva comunidade cristã. Mas são desenvolvimentos que ficam para outra vez.

UTOPIA

E NOVA EVANGELIZAÇÃO

*O religioso da América Latina
é chamado a manter acesa a utopia dos pobres,
como também a deixar-se embalar por uma
nova evangelização
dos pobres, pelos pobres e de meios pobres.*

Pe. J. B. Libânio, SJ

Desde que João Paulo II, em seu discurso ao CELAM, em Porto Príncipe (Haiti), a 9 de março de 1983, empregou a expressão *nova evangelização*, ela entrou no vocabulário corrente, se não eclesial, pelo menos, eclesiástico (1). Mostra tal fato a importância para o mundo católico das alocuções pontifícias, mesmo quando não foram feitas com o peso magisterial de formas mais solenes.

Esse termo, forjado aliás por Medellín, na mensagem final dirigida aos povos da América Latina, é dito hoje em contexto sócio-eclesial diferente, por isso necessariamente assume significação diferente (2).

Nessa breve reflexão, ele será estudado em articulação com o termo utopia. Assim o binômio linguístico *utopia e nova evangelização* se iluminarão mutuamente, quer através de aproximações como de distâncias.

I. SITUAÇÃO ATUAL

Em todos os tempos, os termos padecem de ambigüidade. Na linguística se distingue entre o significante e o significado. Um mesmo significante — utopia — pode ter significados diferentes, conforme se situe em contextos culturais di-

versos, falados por e a interlocutores diferentes. Na prática, a univocidade dos termos só existe em sua pura formalidade abstrata. Mas ao definir o sentido em concreto, já entramos no mundo da diversidade semântica.

Ainda que tal reflexão pareça abstrata e solta, contudo ela é necessária para entendermos melhor o assunto em questão, precisamente porque os dois termos — *utopia e nova evangelização* — não significam exatamente a mesma coisa em todos os textos e falas que lemos ou ouvimos. Precisamos definir bem o contexto de tal escrito ou fala para entendermos o significado real do termo.

A ambigüidade do contexto em relação à utopia

Vivemos de fato num contexto social em que o termo utopia provoca duas reações opostas, devido à posição básica que os grupos assumem frente à realidade.

A primeira atitude caracteriza-se pelo anúncio de sua morte. H. Marcuse sacudiu o público mundial com a obra traduzida em inúmeras línguas, inclusive em português, cujo título fala de per si: *O Fim da Utopia* (3).

Evidentemente não se trata de mero anúncio verbal, mas de um estado de ânimo que o traduz. Por sua vez, tal situação se diferencia bastante ao ser vivida pelas classes letradas ou populares.

Entre as classes letradas, que se situam em bom nível econômico ou mais que isso, a utopia morreu por excesso de satisfação com o presente. A utopia move-se levada por duas asas: insatisfação do presente e desejo de futuro melhor. Como alimentar utopias quando o presente é verdadeiramente a realidade desejada, otimizada, enquanto pre-

cisamente o futuro se faz ameaçador, quer dentro duma perspectiva histórica, quer religiosa? O presente encontra na abundância dos supermercados seu símbolo de plenitude. E o futuro aparece, de tempos em tempos, altamente comprometido, seja pela corrida armamentista, seja pelo esgotamento de reservas não-renováveis da terra, seja pelo crescimento da violência.

As classes ricas não podem mesmo alimentar no momento atual nenhuma utopia. Nada melhor para elas que o presente e nada mais perigoso que o futuro. O passado vem fortificar ainda mais tal sensação. Pois muitos de seus membros viveram situações muito duras não faz tanto tempo assim. Ainda lhes está fresco na memória o cenário dantesco da guerra e do terrível e doloroso pós-guerra, sobretudo na Europa. Por isso o presente desponta ainda mais sedutor ao ser comparado com esse passado de sofrimento e tristeza.

Mesmo nos países que não conheceram as agruras do passado, as classes ricas não podem ignorar a enorme ameaça, que pesa sobre elas, advinda da crescente marginalização de gigantesca massa de pobres. Tal situação não pode continuar indefinidamente. Por isso, elas preferem engolfar-se no presente, em vez de pensar no futuro.

Por razões muito diferentes, as classes oprimidas estão sofrendo também uma crise em relação à utopia. No final da década de 50 e inícios da de 60, sopraram no nosso Continente ares libertários. Inúmeros movimentos, quer de nature-

za estritamente popular, quer organicamente articulados com eles, mas liderados por segmentos de classe média, levantaram bandeiras utópicas de libertação.

Os bispos latino-americanos reunidos em Medellín, em 1968, percebendo tal movimentação no ar, afirmam com clareza que: "É o momento de inventar com imaginação criadora a ação a ser realizada e, sobretudo, levá-la a término com a audácia do espírito e o equilíbrio de Deus". Em outras palavras, é a hora da utopia e da busca de sua realização (4).

Nem bem secava a tinta do documento de Medellín, nem bem se silenciavam os passos dos membros de tal Assembléia, pesava sobre a América Latina dura repressão política que iria liquidar fisicamente muitos desses movimentos utópicos. Se o primeiro mundo rico e as classes dominantes de nosso continente afogam a utopia no prazer e na satisfação do presente, as classes pobres do terceiro mundo e seus aliados viram suas utopias serem assassinadas pelas forças repressivas. Cai sobre o continente dos pobres o silêncio da morte, a mordada da tortura, a dizimação de todo sonho de realidade melhor. Morre a utopia sob o chumbo da repressão.

Não há morte que não termine por provocar o desejo da vida. O homem, ao ser criado pelo Deus da vida, pode ter dentro de si germens de morte, mas, na sua raiz mais profunda, é feito para a vida. Deus é vida. O homem só pode entender-se como vida. Assim esses momentos de morte da utopia deixam bre-

chas para brotarem surtos de esperança.

No mundo rico, despontam movimentos utópicos (5). O mais forte deles, enquanto força política, é, sem dúvida, o movimento ecológico. Enquanto força organizada, que pressiona os governos e as instituições financeiras, tal movimento é simplesmente político. Nesse sentido, vê-se envolvido por interesses ideológicos. E nem sempre guarda a pureza que ostenta. Precisamente essa pureza que procura mostrar é-lhe a dimensão utópica. A força de tal movimento lhe vem de propor um mundo em que o homem superdesenvolvido, supertecnificado, viva em profunda harmonia com a natureza, com o ambiente. A utopia consiste precisamente em imaginar, em sonhar com um mundo em que a técnica, o desenvolvimento, que até agora atuaram devastadoramente em relação à natureza, possam doravante viver em sintonia amiga com ela.

Outros movimentos utópicos iluminam os céus ricos do mundo desenvolvido. Outro exemplo é o surto comunitário (6). De novo, a utopia manifesta-se precisamente pelo sonho e desejo de criar, precisamente onde imperam as relações funcionais, frias e burocráticas ao lado de crescente individualismo, espírito de concorrência e busca sôfrega de sempre sair ganhando a custa dos outros, um mundo de relações interpessoais, de espírito comunitário, de vivências comuns. Lá onde tudo fala de individualismo, artificialismo, burocracia, organização eficaz, espera-se poder criar um modelo convivial.

No mundo dos pobres, a utopia já faz tempo que cunhou sua palavra-chave: *libertação* (7). Pesam-lhes a dominação, a opressão, o sofrimento da pobreza. Por isso, o sonho utópico encaminha-se na linha da libertação. Mas, mesmo nessa situação, a questão da utopia não é tão simples. Pois o extremo da opressão termina por não só ir matando fisicamente os pobres, como já lhes tira antes a própria possibilidade de pensar e sonhar com uma saída. Não lhes sobram energia, tempo, lazer, disposição para poder sonhar. A extrema miséria assassina também o desejo utópico. Esse necessita de um mínimo vital para nascer e conservar-se. Em vários segmentos das classes populares existe, porém, tal húmus onde está nascendo e vigorando a utopia libertária.

A ambigüidade da nova evangelização

Um termo lançado no meio eclesiástico pela autoridade máxima da Igreja exerce força de fascínio. E tal atitude de acolhida da palavra do Papa revela um dos traços da atitude católica. Ao lado desse aspecto positivo, misturam-se interesses menos puros, como em toda realidade humana, marcada pela graça e pelo pecado.

Entre esses interesses impuros, devidos a nossa fragilidade humana, estão, entre outros, quer um afã subserviente, sem perguntar-se em profundidade, nem pelo sentido, nem pela viabilidade de tal expressão em contextos diferentes, quer o uso da expressão com a in-

tenção de defender tese ou posição anteriores a ela e, de certo modo, independentes dela, mas que a utilizam como mero meio.

Ora, tal termo está sendo submetido em contexto latino-americano a essa disputa ideológica. Por isso, cabe tentar captar-lhe essas possíveis interpretações e submetê-las ao crivo da crítica teológica.

Não se pretende aqui decidir sobre o sentido que ela tem no discurso do Papa. Antes, procura-se ver quais são as principais interpretações que estão em curso. E sobre essas, tecer-se-ão as observações.

A fim de não alongar demasiadamente essas considerações, pretender-se-á circunscrever-se somente a duas interpretações da *nova evangelização*. Já o próprio termo evangelização poderia receber muitas interpretações. Entretanto assumir-se-á uma definição mais formal de evangelização que consegue mais facilmente consenso. Evidentemente, no momento em que se quiser dar-lhe maior concretude, certamente haverá divergências.

Baseando-se na Exortação Apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi*, pode-se definir a evangelização como anúncio feito em palavras e gestos sacramentais da realidade salvífica de Jesus Cristo, a fim de realizar a libertação de todos os homens e do homem todo (8). Como se disse acima, o conteúdo e significado dos gestos, das palavras e a compreensão da libertação permitem muitas interpretações. Sem quereremos entrar, no momento, nesse meandro semântico do termo

evangelização, vamos concentrar-nos no termo "nova".

Numa primeira e imediata intelecção, *nova* se opõe a velha, antiga, anterior. Com esse termo, quer-se de certa maneira marcar uma ruptura com a evangelização que se vem fazendo até agora.

Logo de início, devemos excluir umas *falsas intelecções*, que se podem sub-repticiamente infiltrar. Esse termo *nova* não pode ter de modo nenhum a orgulhosa pretensão de colocar-se em relação à evangelização anterior, como a verdadeira em oposição à espúria, a autêntica em oposição à falsa. Nem assumir para si o monopólio da verdade, como se só agora, nós, os homens do século XX, descobríssemos o que é evangelizar, e que todos os que nos antecederam, viveram nas trevas da ignorância. Em certos discursos, algumas dessas notas infelizmente soam. Toda *nova evangelização* que signifique ruptura absoluta, negação frontal do longo processo evangelizador que a Igreja vem fazendo durante os dois milênios incide em equívoco pretensioso.

Tampouco a *nova evangelização* pode esquecer que o primeiro e principal evangelizador é Cristo agindo pelo seu Espírito. E ele está presente em todos os tempos. Nesse sentido, não há nenhuma *nova evangelização*, mas toda evangelização é tão antiga como a presença do Espírito no mundo.

No momento atual o termo *nova evangelização* parece responder a duas perspectivas evangelizado-

ras, que encontram naturalmente seu conjunto de razões e sua justificativa em momentos da história da Igreja.

A *nova evangelização* pretende responder às novas possibilidades evangelizadoras de que hoje dispomos. Ela é *nova* precisamente porque responde a novo contexto de desenvolvimento da humanidade. Ora, a terceira onda pela qual somos embalados é a dos meios de comunicação social (9). Portanto, a evangelização hoje deve usar de todos os meios de comunicação, especialmente da TV, e para atingir o mundo inteiro, deve-se recorrer à comunicação pela via dos satélites. A empresa da *nova evangelização* consistirá portanto em fazer chegar a mensagem cristã e católica através de todos os meios eletrônicos de que dispomos a toda humanidade. Neste sentido, estão-se organizando gigantescos programas com o auxílio de satélites para que, em tempo hábil, mais curto, se possa atingir mais pessoas. Além disso, pode-se usar de todo o desenvolvimento da psicologia de massa, lançando-se mão dos recursos sugestivos de que tais meios dispõem. Assim como os interesses econômicos desenvolveram altamente a técnica da propaganda para obterem maiores lucros, ao conseguirem vender em maior quantidade seus produtos, assim também as forças evangelizadoras não devem acanhar-se em utilizar recursos semelhantes para a difusão do evangelho.

Denominações evangélicas de cunho pentecostal montaram verdadeira igreja eletrônica com uma

presença vigorosa no mundo inteiro (10). A Igreja católica, assim pensam os promotores de tal projeto evangelizador, não pode ficar atrás continuando no tempo da pedra lascada, quando as seitas enchem os espaços com suas imagens televisivas.

Tal modelo de evangelização é novo somente quanto à natureza dos recursos que emprega. Repete, porém, sob outro aspecto o modelo tradicional tridentino. De fato, que fez a Igreja católica e de certo modo também protestante, ao encontrar-se no início da idade moderna, com grandes massas que ao saírem da Idade Média, eram ainda mais pagãs que cristãs? J. De-lumeau mostra como a igreja pós-tridentina se entregou à árdua tarefa de transformar uma religião popular das necessidades em uma religião sobrenatural da salvação (11). Em outros termos, o povo cultivava uma religião que vinha sobretudo resolver seus problemas básicos, suas necessidades fundamentais. Rezava, fazia novenas, praticava atos penitenciais para debelar pestes, obter chuva nas secas, parar as chuvas nos dilúvios, curar doenças, prevenir desgraças, etc. Os heróicos missionários populares dos séculos XVI e seguintes, através de missões populares, pregações, catequese organizada, prática sacramental regular, etc., foram pouco a pouco transformando essas massas populares em fiéis praticantes, em pessoas que esperam uma vida eterna, que por ela tudo sacrificam.

Nessa ingente empresa evangelizadora, esses homens usaram os re-

ursos eficazes daquele tempo: o poder econômico, o poder político dos governos, a ajuda mesma de forças militares em casos extremos, a constrição do medo, o impacto do testemunho, a eficácia organizativa da paróquia, das missões, das atividades pastorais em geral. Os grandes meios de comunicação da época era a palavra pregada. Os púlpitos são ocupados por grandes e dramáticos oradores. Nem faltaram formas teatrais que contribuíram para fazer passar a mensagem evangélica. Ora, em pleno século XX, já não tem sentido usar a maioria de tais recursos que se tornaram ineptos. Mas dispomos da gigantesca força dos mass media. É a eles que se deve recorrer, como os evangelizadores pós-tridentinos o fizeram em seu tempo.

Com tal respaldo na tradição da Igreja e com uma leitura positiva dos bens humanos, os fautores da *nova evangelização* se entregam de corpo inteiro a essa tarefa, usando o portentoso poder atual dos meios de comunicação.

Noutro sentido, bem diferente, vai a outra tendência a respeito da *nova evangelização*. Já não se trata de colocar o acento na eficácia e no uso dos meios modernos e poderosos para evangelizar. Sem querer negar-lhes certo valor, acredita-se fundamentalmente na evangelização através dos meios pobres. De certa maneira, renuncia-se mesmo à preocupação em buscar e empregar tais meios. Algumas igrejas levaram tal visão tão longe que decidiram já não aceitar ajudas estrangeiras de países ou regiões ricas, prefe-

rindo continuar suas tarefas com os pobres meios de que dispõem.

Não só se faz uma opção pelos pobres, quer como sujeitos principais e destinatários da evangelização, quer como principais protagonistas da mesma, mas também por todo um espírito de pobreza que inclui os meios e recursos de trabalho apostólico.

Também tal modelo apela para a tradição da Igreja. Para isso se deve recuar a mais tempo atrás. Pois a Igreja do segundo milênio, com raízes sem dúvida já no tempo de Constantino, preferiu o caminho do uso de instrumentos institucionais poderosos.

A Igreja dos primeiros séculos, sobretudo a igreja das catacumbas, teve que viver situações de extrema dificuldade e pobreza. Não podia contar com os recursos do Estado nem das elites, que em geral não faziam parte dela. E apesar disso desempenhou maravilhoso trabalho missionário. É acreditando em tal façanha missionária que tal

visão evangelizadora se mostra crítica em relação à anterior e investe energias nas comunidades de base, nos círculos bíblicos, numa literatura teológica de folhetos, etc.

Conta-se que certa vez, numa das tribos da África, estava um jovem africano contemplando a azáfama dos missionários europeus na construção de imenso edifício para a central missionária. Voltando-se ao missionário, perguntou-lhe para que tal construção. Este responde laconicamente, dizendo que era para evangelizá-los. Então, retruca o africano: "Aqui na África, para evangelizar basta a sombra de uma árvore".

Esse segundo modelo acredita na eficácia da evangelização feita à sombra de uma árvore, enquanto o outro acentua mais o poder da "central missionária". Ambas são *nova evangelização*. Nova a evangelização eletrônica, porque tais meios são mais que novos. Nova a evangelização por meios pobres, porque já faz muito tempo que a deixamos de lado.

II. SENTIDO PROFUNDO DOS MOVIMENTOS UTÓPICOS E EVANGELIZADORES

Defrontamo-nos com essa dupla realidade em relação à utopia e à evangelização. De um lado há um silêncio mortal sobre toda utopia, doutro despontam utopias, quer no mundo dos ricos, quer dos pobres. De um lado, há um imenso projeto evangelizador com todos os recursos da técnica moderna, de outro lado germinam nas bases das igrejas pobres, sementes de uma evan-

gelização dos e pelos pobres com meios pobres.

Estas tendências não estão aí por puro acaso, mas refletem dimensões profundas da realidade humana e de sua situação no mundo. A utopia ou a falta de utopia responde aos desejos profundos do ser humano de realizar-se. Habitam o coração humano anseios de pleni-

tude. Enquanto esses desejos e anseios estão ativados, o ser humano se torna fábrica de utopias. Ainda que eles tenham uma base ontológica, tais desejos podem ser soterrados por camadas de realidade. No caso o real que os afoga é a situação de saciedade. Um psicanalista lacaniano recorda como é a falta, o buraco que açula o desejo (12). É o desejo, por sua vez, gera utopia. Mas quando já não há falta ou todos os buracos estão tapados em relação ao futuro, o sujeito fica aterrado com todo o peso de seu existir no puro presente. Não nasce utopia.

A dimensão de utopia faz-se presente sobretudo nos momentos de experiência e na sensibilidade pela falta, carência. Somente os grupos sociais sensíveis à falta material ou espiritual se tornam capazes de criar ou embalar-se por uma utopia. Ora, no fundo, a nossa falta radical é de ser criatura. Por isso, a condição geradora de utopia depende da consciência e da aceitação real da condição criatural. À medida que o homem moderno faz a experiência antes de criador da realidade, de demiurgo maravilhoso da natureza pela sua capacidade tecnológica, ele se fecha às utopias. Pelo contrário, mesmo imerso nessa gigantesca odisséia tecnológica, pode ele perceber a sua pequenez, o lado da falta, como tantos grandes cientistas ou como os membros do movimento ecológico, aí sim, está em condição de situar-se diante de utopias.

Também as duas tendências evangelizadoras correspondem a dimen-

sões profundas do ser humano. A evangelização pela via da eficácia moderna responde a profundo anseio humano de domínio sobre a realidade e de dispor da mesma. Assim, a evangelização aparece como desafio a sua capacidade criadora. Provocado pela realidade, reage em escala grandiosa, colocando a serviço do evangelho toda sua capacidade criadora. É essa encontra hoje no mundo da eletrônica sua expressão acabada. Tal atitude não implica necessariamente uma confiança pelagiana só nas forças da natureza. Pode estar aliada a uma humilde confiança na graça, mas implica, sim, uma consciência do alcance eficaz de tais meios e do poder. Por isso, seria injusto reduzir tal tendência evangelizadora a uma atitude condenada por S. Paulo, de confiança nas obras e não na graça. Nem também significa o orgulho humano que acredita em sua onipotência. Denota sim uma relação típica com o poder na evangelização.

De fato, está em jogo uma difícil questão sobre a possibilidade de evangelizar usando o poder. J. Delumeau em seus brilhantes estudos sobre o período pós-tridentino parece inclinar-se para dizer que a evangelização, usando as estruturas do poder econômico, político e cultural além da força psicológica do medo, terminou no fracasso e por isso não pensa ser esse caminho aconselhável (13). Os projetos de certa nova evangelização tentam repetir de novo esta façanha, acreditando que com o uso dos meios de comunicação social não se incorrerá nas conseqüências negativas do

quadro evangelizador anterior. E mesmo também não estão tão convencidos de que a evangelização pós-tridentina tenha sido um fracasso, pois deixou marcas muito profundas na cultura ocidental e nos países colonizados.

A evangelização pela via dos meios pobres apóia-se em duas bases. Uma de *natureza sociológica* valoriza o fenômeno da irrupção dos pobres, das massas populares, como extremamente significativo para o presente e futuro da Igreja. Uma evangelização que se aproxime deles com os meios próprios dessa cultura poderá garantir presença importante da Igreja no próximo milênio. As estatísticas estão a mostrar que o maior contingente católico do século XXI se situará nos atuais povos pobres, especialmente na América Latina. É uma

verdadeira evangelização nesse universo dos pobres se fará com maior eficiência e profundidade através de pequenos meios e de penetração osmótica e não tanto por uma descida triunfal das estrelas de mensagens eletrônicas.

A outra, de *base teológica*, fundamenta-se numa leitura da prática e da mensagem de Jesus. Ele parece indicar os caminhos da pobreza como os mais adequados para comunicar a sua pessoa e mensagem. Esses caminhos têm mais sintonia com o significado fundamental do cristianismo.

Por isso, a opção por uma evangelização pobre dos pobres tem um lado político e outro teológico. Implica uma leitura sociológica e teológica da realidade atual da existência dessas gigantescas massas pobres.

III. PRESENÇA UTÓPICA E EVANGELIZADORA DOS RELIGIOSOS NA ATUAL SITUAÇÃO

Diante de tal quadro, pergunta-se então pela presença dos religiosos. Estamos trabalhando com duas vertentes simultaneamente. A vertente utópica e a vertente evangelizadora. No final se verá a relação entre elas.

A vida religiosa, por definição, tem afinidade seja com o mundo da utopia como com o da evangelização pelos meios pobres. Por isso, ela se situa muito mais na vertente utópica que na afirmação de sua morte, e mais na evangelização pobre dos pobres que no empolgamento pelos grandes meios eletrônicos do projeto da *nova evangelização*.

De fato, observa o professor da Universidade de Bochum, F. Seibt, que as origens das utopias européias de certa maneira estão inspiradas, entre outros fatores, pelo monacato do Ocidente, com sua ordem de vida rigorosamente planificada para uma comunidade de membros iguais entre si e que está dirigida e produz e consome segundo critérios comunistas. Este monacato não é uma utopia em si, mas constitui poderoso modelo para o utópico (14). Talvez possamos ampliar tal reflexão a um nível estrutural, afirmando que a vida religiosa, como projeto de vida, participa de so-

nhos utópicos e é-lhes fonte. No horizonte da vida religiosa está aquele germen utópico dos Atos dos Apóstolos que descrevem de maneira idealizada a vida dos primeiros cristãos, que tinham um só coração e uma só alma, onde não havia nenhum necessitado e os bens eram repartidos entre todos, segundo sua necessidade (At 4,32-35).

A respeito da *nova evangelização* a vida religiosa se afina muito mais por sua tradição de proximidade com os pobres e de amor à pobreza com uma evangelização dos pobres, pelos pobres e com meios pobres. Evidentemente, com o decorrer do tempo, certas maneiras concretas de realização da vida religiosa se afastaram dos pobres e se deixaram seduzir pelos meios ricos e poderosos. Mas, se se procura ir às fontes dos fundadores de praticamente todas as formas religiosas conhecidas, encontramos a dupla preocupação com os pobres e com a pobreza de seus membros. Santo Inácio de Loyola chama a pobreza de "muro forte da vida religiosa", que ao desabar, lhe trará ruínas.

Esses mesmos fundadores, com seu exemplo, iniciaram, com os meios mais simples e pobres, obras gigantescas que hoje aí estão. E com esses meios tiveram eficácia. Nesse sentido, a vida religiosa mostra suas preferências por uma presença histórica que alimente nos homens, esperanças de futuro melhor para dentro da história humana (utopia), e para além dela (escatologia). Ora, a escatologia se deixa iniciar e mediatizar pela utopia. O

utópico parte da realidade e declara-se em luta contra ela, embalado pela crença na possibilidade de um futuro melhor. A força evangelizadora também se alimenta dessa dupla experiência, somente que as percebe em nível de maior profundidade. Esta pobreza do presente arranca não só da condição criatural do homem, mas também de sua situação de pecador. A evangelização é querer apresentar-lhe um futuro de salvação, que se funda numa ação livre, gratuita, misericordiosa de Deus que se aproxima do homem e na sua aceitação dentro da história por parte do homem. Este se empenha em construir, já na história, uma realidade melhor (utopia), como antecipação e ensaio de uma vida plena futura (originalidade da evangelização cristã).

O sucesso da *nova evangelização* está ligado ao despertar do senso utópico. Uma sociedade sem utopia também não se interessa pela evangelização. Toda evangelização tem traços utópicos. Se lembrarmos da maravilhosa odisséia evangelizadora dos séculos XVI e seguintes, não podemos deixar de descobrir naqueles homens o grande sonho utópico de alargar as fronteiras da cristandade, da Igreja, do Reino de Deus. A utopia de transformar toda a terra numa gigantesca Igreja se unia o elã espiritual de levar a salvação eterna a essas pessoas.

Com a morte das utopias, também o surto missionário decaiu, esvai-se, fenece. Por sua vez, a perda do dinamismo evangelizador reforça o sentimento de morte das utopias.

Se no momento atual despontam novas utopias, abre-se também à Igreja espaço para uma *nova evangelização*. Toca-lhe aprender da história, qual o melhor meio de levar avante o evangelho. Diante de projetos evangelizadores grandiosos, à frente dos quais por ironia se encontram religiosos, o religioso, cujo carisma o aproxima dos pobres e o faz apreciar antes os meios pobres, é interpelado a tomar posição crítica. E, pelo contrário, sente-se muito mais afinado com uma evangelização de meios pobres no meio dos pobres e da qual eles se fazem verdadeiros protagonistas.

Utopia e evangelização têm muitos mais laços entre si do que à primeira vista pode parecer. Ambas alimentam-se de uma crítica do presente, quer pela falta de condições satisfatoriamente humanas e justas (utopia), quer pela ausência de valores cristãos (evangelização). E na prática, muitas dessas condições utopicamente desejadas respondem objetivamente aos apelos evangélicos, a seu universo axiológico. Se, de um lado, a utopia insiste na empresa e tarefa humana, a evangelização não a esquece também, mas relembra sempre a presença de Deus, seja despertando o coração humano para os valores cristãos, seja dando-lhe força para realizá-

los na história. Aquilo que parece simplesmente uma empresa humana, a evangelização recorda com justa razão a presença da graça.

Na dimensão criativa, utopia e evangelização mais ainda se encontram. Por mais intra-terrena que seja a perspectiva da utopia, ela se vê atravessada por uma força que a impulsiona sempre para frente. A evangelização vem dar nome, inteligibilidade a tal impulso, ao abrir ao ser humano as dimensões da esperança transcendente, afirmando entretanto, juntamente com a utopia, a necessidade de ir antecipando tal esperança transcendente com criações humanas históricas.

A versão da *nova evangelização* nos moldes da pobreza responde mais às utopias dos pobres. E outra tendência, por sua vez, fala mais às utopias das classes satisfeitas dos bens materiais, mas intranquílias com o futuro, quer pelo excesso de materialismo — utopias espiritualistas — quer pelo ímpeto devastador da técnica — utopia ecológica.

O religioso da América Latina é chamado a manter acesa a utopia dos pobres, como também a deixar-se embalar por uma *nova evangelização* dos pobres, pelos pobres e de meios pobres.

NOTAS

(1) João Paulo II, AAS (75(1983) pp. 771, 779. (2) CELAM, A Igreja na Atual Transformação da América Latina à luz do Concílio, Conclusões de Medellín, Ed. Vozes, Petrópolis 1970, p. 39. (3) H. Marcuse, O Fim da Utopia, trad. bras., Paz e Terra, Rio de Janeiro 1969.

(4) CELAM, o. c., pp. 41/42. (5) H. Küng, Ewiges Leben? R. Piper Verlag, München/Zürich 1982, pp. 237 s. (6) A. R. Guimarães, Comunidades de Base no Brasil: Uma Nova Maneira de Ser Igreja, ed. Vozes, Petrópolis 1978, pp. 51ss. (7) Cl. Boff — L. Boff, Da Libertação. O

Sentido Teológico das Libertações Sócio-históricas, ed. Vozes, Petrópolis 1982. (8) Paulo VI, Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi, n. 9. (9) A. Toffler, A Terceira Onda, trad. bras., Record, Rio 1980, p. 23. (10) H. Assmann, A Igreja Eletrônica e Seu Impacto na América Latina — Convite a Um Estudo, Vozes, Petrópolis 1986. (11) J. Delumeau, Le Catholicisme entre Luther et Voltaire, nouvelle Clio 30, PUF, Paris 1971. (12) E. Mascarenhas, A minha

geração e Deus, in: J. C. Moura, org., Hélio Pellegrino, A-Deus. Textos e depoimentos, ed. Vozes, Petrópolis 1988, pp. 23ss. (13) J. Delumeau, Le Christianisme, va-t-il mourir? Hachette, Paris 1977. (14) F. Seibt, La Utopía como Juego Mental de los Humanistas y Como Programa Político, in: Utopía Hoy. Ciclos de Conferencias. Instituto fe y Secularidad/Instituto Alemán de Cultura, Madrid 1986, p. 11. □

PÉ DE PÁGINA

Pe. Marcos de Lima, SDB

Saber compadecer-se

Bíblia — “O Senhor, ao vê-la, ficou comovido e disse-lhe: Não chores!”, Lc 7,13.

Leitor — Saber compadecer-se e comover-se. Ter o mesmo sentimento de Jesus (Fil 2, 2). Passar para a sua margem. Iluminar o recesso de nossos sentimentos e comportamentos diante do próximo que sofre. Fazer sempre o que se pode. E quando não se pode? Pedir para que se possa. Amar com o coração e com as mangas arregaçadas. Afinal, a vida cristã não se cria por eloquência, mas pelas práticas. O cerne do amor é o serviço.

Nascemos para morrer

Bíblia — “Depois, aproximando-se, tocou o esquife... E disse ele, então: Jovem, eu te ordeno, levanta-te!”, Lc 7,14.

Leitor — Lei natural é morrer. Mais cedo ou mais tarde, todos morreremos. A morte é o fim da existência no corpo e do corpo. Lei sobrenatural é ressuscitar. Nascemos para morrer e morreremos para ressuscitar. A semente é enterrada não para ser destruída mas para se transformar num bem maior: a árvore. Assim também, a morte é a condição inarredável para um bem maior, a ressurreição, a vida em plenitude. Quem crê, não morre nunca. Creio, Senhor, mas aumente a minha fé.

DA «CONQUISTA» À «LIBERTAÇÃO»: O RESGATE DA DEVOÇÃO MARIANA E A NOVA EVANGELIZAÇÃO

A partir da celebração da fé nas lutas do povo se entende melhor as exigências de uma evangelização renovada.

Irmã Vilma Moreira, FI

Sobradinho, BA

Falar do resgate da devoção popular mariana e a nova evangelização supõe partir da experiência sofrida do povo... de seus anelos de vida e libertação... Supõe também "voltar às fontes" e depois, perceber as "luzes e sombras" da evangelização na época da Conquista... Supõe, finalmente, abrir-nos ao "Deus dos Pobres", na disposição de colocar-nos sempre a caminho, na busca de uma "Evangelização Libertadora". Maria de Nazaré, Peregrina com o Povo de Deus, é-nos, em todo esse processo, presença, ajuda e companhia...

1. "A experiência sofrida"...

Um dos cantos atuais das comunidades cristãs do Brasil tem o seguinte refrão: "No ditado do povo, a experiência sofrida, é palavra de Deus na história da gente, falando da vida"...

Escrever hoje sobre a devoção popular mariana exige, entre outras coisas, partir da vida... De

MARIA e das "Marias" de nosso povo...

Recordo-me de duas experiências "sofridas" — entre outras muitas — que me ajudaram a descobrir Maria na vida, na dor, na resistência e na festa do povo. E, portanto, também na minha vida, já que os pequenos constituem para a Igreja uma mediação privilegiada de encontro com o Deus de Jesus Cristo e de Maria.

A primeira dessas experiências, vivi-a no Santuário de Guadalupe, no México, no fim da década de setenta. Vi entrar na basílica uma mulher indígena, que se arrastou, de joelhos, pelo meio do templo, até colocar-se diante do quadro da Virgem Morena. Trazia nos braços o filhinho enfermo. Depois de rezar com muita devoção, fitando a Virgem, passou pelo corpo da criança o círio que trazia o marido, colocando-o depois no local das ofertas. A vela que se consumiria aos pés da Senhora, seria o símbolo de sua prece sofrida. Seu pranto. Sua

presença e a do filho enfermo, com um pedido de cura. O esposo acompanhou-a todo o tempo, de pé, ainda que um pouco inclinado como indígena submisso ao branco. Eu os contemplava emocionada... Além da visão da fé simples e confiada, uma sugestiva imagem da situação da mulher indígena e cam-pesina, duplamente oprimida diante da sociedade e do companheiro. E este, também, um oprimido...

Maria de Guadalupe — a mulher grávida, como milhões de mulheres latino-americanas — é, ao mesmo tempo, presença e incentivo na luta da mulher do povo para colocar-se “de pé”, assumir sua história, e, a partir daí, olhar as pessoas, o mundo, a vida com olhos novos... Para dizer “sua palavra”... ser escutada... dialogar... amar e ser amada... Em seu seio materno estão-se gestando a Mulher e o Homem novos que nascerão no Continente, quando a injustiça for vencida e o sol da esperança brilhar, como canta nossa gente...

A outra experiência foi a de chegar a Nicarágua em dezembro de 83, pela segunda vez, e escutar, pelas ruas, a saudação popular durante a novena e a festa da “Puríssima”:

— Quem causa tanta alegria? perguntavam-se uns aos outros.

E a resposta, cheia de esperança e entusiasmo era: — A Conceição de Maria!

Enquanto isso, os submarinos norte-americanos patrulhavam as

costas nicaragüenses e Reagan ameaçava o país com vários tipos de “invasão”... Na fronteira com Honduras, pelas ruas e campos, mulheres e homens, jovens e até crianças, montavam guarda... Nas mãos, um fuzil que alguns mal sabiam manejar... No coração e no olhar, uma flor branca, símbolo da vida e da paz tão sonhadas. E, por toda parte, a mesma saudação e a mesma resposta: — Quem causa tanta alegria? — A Conceição de Maria!!!

Estes dois anos de vida no sertão baiano, o contato com o povo da caatinga, a convivência com a seca, a fome e a morte diárias de um povo — frutos da injustiça e da negação programada e inexorável do Plano de Deus — me ajudaram a perceber melhor as experiências anteriores, e, através da partilha e comunhão com o povo, penetrar um pouco mais no significado profundo da devoção a Maria na “alma popular”. É assim que vou redescobrir nela uma força *profético-libertadora* que poderá tornar realmente “nova” a evangelização no Continente latino-americano.

2. “Virá o dia em que todos...”

Para perceber hoje o sentido profundo da devoção popular a Maria, é interessante partir dos cantos marianos das comunidades cristãs (1).

Conversando com o povo e nas rezas e novenas, se recorda muito a Ladainha lauretana, cantada num latim bastante peculiar, ou, às vezes em português. “Turris ebur-

nea... Domus aurea... Torre de Davi... Vaso insigne de devoção...”, etc. As palavras não eram — e não são ainda hoje entendidas. Mas sempre se deu, no coração, através da fé e da devoção, um encontro real com Maria. Hoje essa ladainha está sendo substituída por outras mais simples, sobretudo pela “Litania dos em-pobrecidos”. O povo vai acrescentando a elas novas invocações, a partir da vida: “Mãe dos despojados, dos abandonados, dos desempregados: rogai por nós!” “Os que vivem nas prisões... os que morrem de fome... os que anunciam o Evangelho: Lembrai ao Senhor!”

O Magnificat é o que mais se canta, sob diversas formas. O povo se encontra plenamente na Canção de Maria. Sabe que, Nela, Deus assume definitivamente o partido do fraco e do pequeno:

— “Virá o dia em que todos, ao levantar a vista, veremos nesta terra, reinar a liberdade!”

— “Com Maria, em Deus exultemos, neste canto de amor-louvação, escolhida dentre os pequenos, Mãe-Profeta da libertação”.

— “Teu canto de profecia, Maria da esperança, derruba os poderosos e aos fracos dá liderança”.

— “Negra Mariama, chama prá cantar, que Deus uniu os fracos prá se libertar. E derrubou do trono os latifundiários, que escravizavam prá se regalar”...

É esse Deus que “faz coisas que parecem impossíveis”, que vai sus-

citando no povo a esperança e a coragem para continuar lutando pela sobrevivência, apesar de tantos sinais de violência e de morte.

É o *Deus da Vida* que escuta — por intercessão de Maria — “o grito que sai do chão, dos oprimidos em oração”...

É o *Deus da Resistência* que, através da Mãe das Dores, vai fortalecendo o povo para resistir — como o mandacaru do sertão — a todo tipo de “invasão”, e para acreditar que, um dia, será justiça “toda a nossa plantação”...

É o *Deus Libertador* que resgata seu povo através do Salvador, nascido de uma Flor fecundada pelo Espírito: Maria de Nazaré...

É o *Deus de todas as raças* que chama a todos pra ostentar, no estandarte do amor, “a imagem Aparecida em nossa escravidão, com rosto dos pequenos, cor de quem é irmão”...

Poderíamos ir desfiando — como num rosário — as canções do povo em honra de Maria, venerada sob diversas invocações, sintetizadas, para nós em Maria de Guadalupe, Mãe do céu morena, e na Senhora d’Aparecida, cuja cor se esparrama na vida de nossa gente, como um grito de justiça e de libertação. Nessas canções se encontra, muitas vezes, o sentido teológico profundo da devoção do povo para com Maria. E em quase todas elas, como pano de fundo, a esperança da Terra Nova, sintetizada no canto da libertação de todos: o *Magnificat de Maria*.

Entretanto... nem sempre foi assim... A consciência da presença e ação libertadoras de Deus e de Maria na vida do povo vai crescendo hoje no seio das comunidades cristãs juntamente com o processo histórico de conscientização. Para perceber esse crescimento é importante olhar rapidamente a história da devoção mariana, sobretudo na Igreja do Ocidente.

3. "À vossa proteção recorreremos, Mãe de Deus"...

3.1 *A devoção mariana na Idade Média*

O "Sub tuum praesidium" é talvez a antífona mariana mais cantada desde os começos do Cristianismo. De fato, como se escreveu no Vaticano II, desde os tempos mais antigos, a Virgem é venerada com o título de "Mãe de Deus", e os fiéis recorrem suplicantes a Ela nos perigos e dificuldades (2).

Nos primeiros séculos da Igreja, existia uma espécie de "conaturalidade" entre a fé cristã e a veneração de Maria. A definição da "Theotokos" no Concílio de Éfeso, suscitou uma imensa alegria e aplauso do povo de Deus (3). Maria esteve sempre muito presente no mistério de Cristo e da Igreja, sobretudo na Igreja Oriental. No Ocidente, a partir dos séculos XI e XII, dá-se um grande florescimento da devoção mariana, manifestada na diversidade de templos, hinos, invocações, orações, lendas e exemplos. Entretanto, a piedade medieval está muito ligada ao contexto sociológi-

co, político e eclesial, bastante jurídicista. É então que nasce no Ocidente um movimento laical que desencadeia uma espécie de "cisma" entre a Teologia e a Espiritualidade da época. As diferenças econômicas, sociais e culturais são cada vez maiores na Igreja e na Sociedade. Multidões de pobres invadem as novas cidades em busca de trabalho. A separação da Igreja Oriental reforça os traços jurídicos e centralistas da Igreja Latina. A teologia passa de bíblica a escolástica, de sapiencial a canônica... Consciente ou inconscientemente, os movimentos de "volta ao Evangelho" procuram uma piedade mais popular, uma maior aproximação entre Deus e os homens, entre o céu e a terra. Daí o culto aos santos e aos anjos, as procissões e peregrinações, a devoção à humanidade de Jesus e de Maria.

O "sentido da fé" do povo simples descobre, já na Idade Média, que Maria não é somente a "gloriosa Nossa Senhora" que mora nas nuvens, rodeada de anjos... É também a "Mãe dos homens", a "Advogada dos pobres", uma mulher do povo que sofre as consequências da pobreza e opressão. É assim que, através de diversas invocações, a Virgem se apresenta já, desde então, como "o grande sinal, de rosto materno e misericordioso, de proximidade do Pai e de Cristo" (4). A devoção mariana, como escreve V. Codina, tem já muito de uma "tácita crítica profética a uma sociedade e a uma instituição eclesial poderosa e afastada do povo" (5).

3.2 A devoção mariana na época da Conquista

Desde os tempos coloniais — apesar de suas mutações —, Maria de Guadalupe é apresentada como alguém profundamente presente na vida e história de nossos povos, um *“sinal de esperança e consolo para o povo de Deus que peregrina”* (6).

Entretanto, a primeira imagem de Maria, trazida pelos colonizadores de Portugal e Espanha, não é a recebida da piedade popular da Idade Média, e sim a de “Maria Conquistadora”. Sentem-se protegidos e ajudados por ela na “primeira evangelização”. Dão a esse título um significado antes de tudo espiritual, mas que tem também implicações sociais, econômicas e culturais: o triunfo sobre os índios é atribuído a Ela (7).

É por isso que, no caminho da Mariologia popular no nosso Continente, podem distinguir-se etapas com características bem diferentes: à de “Maria Conquistadora” que chega com os navios dos colonizadores; se une a de “Maria, Mãe dos oprimidos”, inaugurada com a aparição de Guadalupe. Mais recentemente, começa a perfilar-se uma nova mariologia, sob a invocação de “Maria da Libertação”. Entre a figura de Maria Conquistadora e de Maria, Mãe dos oprimidos, destaca-se a de “Maria, nossa mãe libertadora”, que está sobretudo muito presente nos países hispano-americanos na luta pela independência (8).

Assim, no México, enquanto Hidalgo empunha o estandarte de

Maria de Guadalupe, os soldados espanhóis se colocam sob a proteção de Nossa Senhora dos Remédios. Ela é nomeada “General” do exército por Belgrano e San Martín; Bolívar vai rezar muitas vezes em santuários marianos; outros generais a invocam nas lutas pela independência. A fé em Maria Libertadora constitui um novo ponto de referência para entender a mariologia popular latino-americana (9).

A devoção a Maria torna-se cada vez mais um elemento religioso-cultural importantíssimo em vários países latino-americanos, sobretudo no México. Aglutina diversos estratos sociais e contribui à criação de uma consciência nacional em vários países. Basta recordar, além de Guadalupe, a devoção à Virgem de Chiniquirá, na Colômbia; à de Copacabana, na Bolívia; à de Luján, na Argentina; à de Coromoto, na Venezuela; à de Caacupé, no Paraguai; à da Altagracia, na República Dominicana, e, sobretudo, para nós, à Virgem Aparecida. É bem verdade o que diz Puebla sobre Guadalupe e outros santuários marianos do Continente: são sinais de encontro da fé da Igreja com a história latino-americana (10). A devoção a Maria se constitui assim num elemento “qualificador” e “intrínseco” da vida de toda a Igreja e do culto cristão, como afirmava Paulo VI (11), e pertence à íntima identidade própria de nossos povos, como sublinhou João Paulo II em Zapopán (12).

Entretanto, apesar de seus muitos valores, o marianismo popular latino-americano da época da Con-

quista não conseguiu superar muitas das limitações surgidas no encontro da evangelização dos conquistadores com o mundo cultural dos indígenas, contribuindo à criação de uma sociedade fortemente machista. As classes sociais se uniam em geral nas festas patronais, novenas e procissões, mas sem nenhuma incidência na transformação da sociedade (13), o que acontece ainda hoje. Daí o escândalo e a contradição da "brecha crescente entre ricos e pobres" com o ser cristão. Daí também a urgência do discernimento sobre a situação de pecado social por parte da Igreja, em nosso contexto de países "católicos" (14)

3.3 O Concílio e o Pós-Concílio

Todos conhecemos a importância de o Vaticano II ter situado Maria no mistério de Cristo e da Igreja no capítulo VIII da "Lumen Gentium". Entretanto, é a "Gaudium et Spes" que vai constituir um fator decisivo na evangelização da América Latina no pós-concílio, ao insistir na necessidade da encarnação da mensagem evangélica nas diversas culturas. Ajuda-nos assim a descobrir o *principal destinatário da evangelização no Continente*: o povo fiel e oprimido, necessitado da libertação integral de que fala Paulo VI na E.N. 33 e 31. Daí a necessidade de se avaliar constantemente a relação entre a pastoral, a fé e a pedagogia evangelizadora na América Latina, passando cada vez mais de uma pastoral da cristandade a uma pastoral profético-libertadora.

Na Mariologia, ao capítulo VIII da L.G., seguiu-se a Exortação Apostólica "Marialis Cultus" de Paulo VI, em 1971, na qual se pede que o culto a Maria seja mais bíblico, litúrgico, ecumênico e antropológico (15), e a encíclica "Redemptoris Mater", de João Paulo II, em 1987. Suas orientações, unidas às da renovação pastoral e ao aprofundamento na religiosidade popular, nos ajudam a redescobrir Maria a partir da antítese "opressão-libertação", que chega à sua mais alta expressão no documento sobre a Pobreza na Igreja, em Medellín, e no capítulo sobre a Opção preferencial pelos pobres, em Puebla (16). É a partir daí que se desenvolve entre nós uma verdadeira *evangelização libertadora*, que repercute muito eficazmente na nova mariologia da A.L.

4. "Maria de Deus, Maria do povo..."

4.1 O resgate da devoção mariana

Falar de Maria hoje é falar da mulher latino-americana e brasileira... É recordar a presença da Mãe de Jesus na vida de tantas e tantas mulheres do Continente. Não importa seu nome: Severina, Fátima, Margarida, Isabel, Cícera, Luzia, Alice, Antônia, Guadalupe, Aparecida... Elas são hoje outras "Marias" no meio do Povo de Deus e constituem uma importante mediação no resgate da devoção popular mariana.

Elas estão de pé — como Maria junto à cruz — (Cf. Jo 19,25), em situações difíceis e comprometidas.

São, muitas vezes, pai e mãe nas famílias, quando o esposo deixa o lar em busca de um trabalho que possibilite à família condições mínimas de subsistência. Constituem também a maioria do Povo de Deus nas comunidades eclesiais de base, nas paróquias, associações de moradores, etc., e são, muitas vezes, sua "alma". É falando com essas mulheres e, sobretudo, contemplando-as e escutando-as com respeito, que vou aprendendo a redescobrir Maria nas mulheres sertanejas. Quando há oportunidade, eu lhes pergunto "quem é Maria", "o que simboliza para elas", porque sua vida e sofrimento lhes fala tanto, etc., etc.

Elas sempre reconhecem que, na catequese e na evangelização recebidas, Nossa Senhora foi colocada "lá em cima": num trono de nuvens, cercada de anjos, vestida de um jeito bem diferente do delas... Entretanto, seu sentido profundo da fé as ajuda a superar a distância e a encontrar uma Maria "diferente", bem dentro da vida.

Para elas, ela é, antes de tudo, "Mulher" e "Mãe": Mãe de Jesus e nossa... Mulher do povo, que vive, em Nazaré, a dureza do cotidiano da vida da mulher pobre que vai à fonte buscar água, lava a roupa, faz a comida, acalenta os filhos, acolhe o esposo, ajuda as vizinhas, trabalha na roça, participa das comunidades cristãs, do sindicato, e ainda encontra tempo para conversar com Deus e com Maria...

Uma das imagens de Nossa Senhora que mais lhes fala é a da

Mãe das Dores. Durante algum tempo atribuí essa devoção a certa dose de fatalismo e passividade. Seria melhor "deixar para depois" a recompensa do sofrimento... "Na outra vida" as coisas entrariam nos eixos, não haveria acepção de pessoas, e os pequenos estariam à frente dos grandes. Hoje devo confessar que esse tipo de catequese pré-conciliar está bastante superado em vários lugares. Conversando com muitas dessas mulheres, percebo em seu testemunho outra dimensão muito mais profunda: a da *fortaleza* e da *resistência*: uma "parrhesia" que as ajuda a permanecer de pé nas mais diversas situações de cruz, como Maria que as impele a retirar daí a força para conseguir "guardar tudo no coração" (Cf. Lc 2,19 e 51b), e a continuar caminhando firmes para a ressurreição: *o Tempo novo na Terra Nova... a grande Utopia cristã!!*

É a partir daí que percebo hoje o sentido bíblico do "Caminho", tão arraigado na alma popular, e seu entusiasmo ao cantar: "Maria, Mãe dos caminhantes, ensina-nos a caminhar"... E entendo também, um pouco mais, porque a Imaculada e a Assunção causam tanta alegria ao nosso povo.

4.2 *Uma nova perspectiva da Mariologia: a partir dos pobres*

A Mariologia libertadora que nasceu no Continente, corresponde a uma Cristologia e a uma Ecclesologia igualmente libertadoras. Maria personifica a opção preferencial de Deus pelos pobres, o triun-

fo de Deus no débil, sua parcialidade para com os que sofrem por causa da injustiça dos poderosos. Ela tipifica a maneira de agir de Deus na História da Salvação e simboliza a pedagogia divina revelada na Escritura (17). Por isso continua a impulsionar-nos a viver a opção de Jesus pelos pequenos e a situar-nos em seu lugar social, para, a partir dele, evangelizar a todos. Ela nos convida a comprometer-nos, como Igreja, na luta contra toda forma de escravidão. Torna-se assim para nós um "sacramento da opção de Deus pelos empobrecidos", dentro da mais legítima tradição bíblica: "o que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios; e o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte" (1 Cor 1,27; cf. Tg 2,5).

Hoje é impossível continuar pensando numa mariologia popular que acumule títulos e privilégios dogmáticos para Maria, ou numa mariologia de caráter racionalista ou essencialista, desligadas da vida. Seria infidelidade ao Deus que faz História conosco e que, em Cristo e Maria, se torna nosso Companheiro de caminhada. Daí a urgência de repensar os mistérios e dogmas marianos à luz do modo de agir de Deus em Maria: Ele se revela "a partir da pobreza e insignificância, da impotência, da margem e da periferia" (18).

4.3 O sentido de alguns privilégios de Maria, hoje

Os mistérios de Maria recebem nova luz a partir da perspectiva

dos pobres. Quero destacar quatro deles: a Virgindade, a Imaculada, a Maternidade e a Assunção (19).

A *Virgindade* de Maria: não é simplesmente uma questão biológica, ou sexual, algo prodigioso... Nem significa desprezo da sexualidade e do matrimônio. Constitui, sim, uma clara afirmação teológica de um Deus que age a partir da fragilidade humana. O Espírito de Deus faz florescer a vida numa virgem, para que dela nasça o Messias. É difícil para os ricos e prepotentes aceitar a virgindade de Maria, não tanto pelo seu aspecto milagroso, e sim, talvez, porque lhes parece escandaloso e inaceitável a preferência de Deus pelos pequenos e fracos...

Também a *Imaculada* e a *Maternidade de Maria* se iluminam a partir da ótica da plenitude da graça que se ordena à maternidade divina. A Teologia Moderna compreende o pecado original a partir da realidade bíblica do "pecado do mundo" (Cf. Jo 1,29), desde as origens da humanidade. A ausência de pecado e a plenitude da graça em Maria não são duas realidades estáticas, senão que expressam sua inserção dinâmica na História da Salvação, desde o seu primeiro instante de vida; ou seja, seu compromisso na luta constante contra as estruturas de pecado e de morte; enfim, contra tudo o que se opõe ao Plano de Deus. É assim que Ela nos anima a superar as estruturas de opressão no Serviço ao Reino de Deus e ao Deus do Reino anunciado por Jesus. Ao dar

à luz ao Filho de Deus, Maria ajuda a nascer o "homem novo" e a "nova humanidade". A Imaculada e a Virgindade de Maria estão a serviço de sua Maternidade.

A *Assunção de Maria* só pode ser entendida à luz da ressurreição de Jesus, fundamento de nossa fé. Representa o triunfo de Deus sobre a injustiça humana. O Ressuscitado é o Crucificado. A assunção significa a participação de Maria — a mulher do Fiat, do Presépio e da Cruz — na vitória de seu Filho. É a culminação da predileção de Deus pelos pequenos e débeis e, para todos nós, a certeza de que a morte não tem a última palavra, e sim a vida. Questiona assim os "saduceus" de todos os tempos, que gostariam de calar a esperança de vida e de mudança do mundo, tão arraigada no coração dos pobres.

Daí o papel fundamental de Maria na Evangelização, sublinhado em Puebla: "... A situação de miséria, marginalidade, injustiça e corrupção que fere nosso Continente, exige do Povo de Deus e de cada cristão um autêntico heroísmo em seu compromisso evangelizador... Diante de tal desafio, a Igreja sabe que é limitada e pequena, mas se sente animada pelo Espírito e protegida por Maria. Sua poderosa intercessão lhe permitirá superar as 'estruturas de pecado' na vida pessoal e social e lhe obterá a 'verdadeira libertação' que vem de Cristo Jesus (20). Da leitura teológica de nossa situação de pecado e opressão, emerge a figura de Maria profetiza e libertadora, ensinando-nos a

ler, com os olhos de hoje, as Escrituras de ontem na história (21).

5. "És a imagem da Nova Cidade..."

5.1 A nova evangelização

Certa vez, num grupo, fiz esta pergunta ao pessoal: — O que é a Teologia para você? E recebi de uma das participantes a seguinte resposta: — Para mim, a Teologia é "o pouquinho que eu sei de Deus"...

Talvez esta resposta possa iluminar um pouco a relação entre a devoção popular mariana e a nova evangelização.

A nova Mariologia tem que ser entendida na América Latina a partir da experiência de Maria que tem nosso povo, do que ele "sabe" de Jesus, de Deus, de Maria... Ela não está sendo teologizada em grossos manuais de doutrina... Está sendo escrita na vida e a partir da experiência sofrida do povo.

João Paulo II tem-nos convidado várias vezes a buscar uma evangelização "nova em seu ardor, nova em seus métodos e nova em sua expressão (22). Essa evangelização para nós, hoje, está relacionada com o que já vimos no referente à Mariologia atual. É fundamentalmente a *Evangelização libertadora*. Carrega consigo a força positiva do passado e tem uma forte perspectiva de futuro. Supõe a "volta às origens", às primitivas comunidades, para redescobrir — a partir daí e

com os recursos de que dispomos hoje — as fontes evangélicas. Supõe também um olhar crítico sobre a “Primeira evangelização” do Continente, para perceber suas luzes e sombras. É preciso “tomar distância” para analisar criticamente o projeto colonizador e perceber a ambigüidade — não só dos 500 anos de evangelização do Continente, senão também da História da Igreja, da Vida Religiosa e de nossa própria história...

A Nova Evangelização deve encontrar sempre um renovado dinamismo na devoção mariana do Continente.

5.2 *A renovação da devoção popular mariana*

O marianismo latino-americano, como já se viu, está profundamente unido à identidade religiosa e cultural de nossos povos. É a partir da celebração da fé, da organização e das lutas do povo — que encontram em Maria um modelo a seguir e uma companheira na luta pela libertação — que podemos entender melhor hoje as exigências profundas de uma evangelização renovada.

Maria, mulher livre e libertadora, nos ajuda a perceber hoje as exigências de uma fé comprometida na construção da utopia do Reino de Deus. Por isso, ao pensar na “nova evangelização”, não podemos, de forma alguma, confundir a novidade proposta pelo Papa com o uso das mais modernas técnicas, detrás das quais se esconde, muitas vezes, o tradicio-

nalismo burguês e o compromisso com os donos do poder.

A Primeira evangelização do Continente esteve muito ligada aos conquistadores e aos poderosos. É urgente hoje, a partir da Prática de Jesus, buscar, no compromisso com os empobrecidos, formas simples e criativas de tornar a evangelização realmente nova no ardor, nos métodos e na expressão. Só a partir dos pobres se pode chegar evangelicamente a todos.

6. **“Caminheira com teu povo, Maria da libertação...”**

Quero terminar este artigo retomando a metáfora do Caminho, que usei várias vezes, por estar tão metida na vida do povo simples.

Falar de caminho, de peregrinação, é falar hoje de *romaria*. De fato, as “romarias” constituem hoje, sem dúvida, um tempo e ocasião de manifestar fortemente a fé, o desejo de conversão, a união na luta e a esperança de um novo tempo...

Elas são uma das mais claras expressões da renovação da piedade popular a partir do reencontro com suas raízes. Nelas se canta muito a Maria, “Companheira de luta”, “Mãe dos Caminhantes”, “Maria da Caminhada” e “Maria das romarias”... É Ela que nos ajuda a conquistar a Terra, “nos braços do mutirão”...

(Continua na 3ª capa, ao lado)



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de setembro de 1989

Em âmbito eclesial ou, pelo menos, eclesiástico, o tema mais corrente, com força de fascínio, talvez seja o tema da **Nova Evangelização**. Ninguém desiste de dar o seu recado, de revelar o seu fervor a seu favor. Em abstrato, há consenso. No concreto, pululam as divergências, em quadro incrivelmente múltiplo e plural. Um paradoxo porque a ação é decorrência natural e extensão do pensamento.

Nova Evangelização ou Evangelização Nova? Nas línguas neolatinas, o lugar do adjetivo na frase é móvel. Pode ser colocado antes ou depois do substantivo. Se anteposto, ele denota — ou conota? — por parte de quem fala ou escreve, o desejo de transmitir, em parecer pessoal, **uma avaliação afetiva** do substantivo. No adjetivo anteposto percebe-se o livre e indispensável exercício de uma subjetividade crítica que nunca chegará à unanimidade. Posposto ao substantivo, ele **denota análise objetiva** porque os parâmetros que servem à compreensão são comuns a todos.

Exemplificando. Sabemos que uma **mulher pobre** não é necessariamente uma **pobre mulher**. No primeiro caso, sublinha-se, meramente, a sua condição financeira. Já no segundo, ressalta-se a razoabilidade ou não de sua vida como ser humano. Uma pobre mulher seria, na minha opinião, uma mulher infeliz. No entanto, os padecimentos por que passa uma mulher não a tornam obrigatoriamente uma mulher infeliz, desditosa, desventurada. Na ótica cristã, pode ser ela avaliada até como uma mulher privilegiada. Na colocação, pois, do adjetivo detectam-se, na fala e na escrita, atitudes diferentes. Embora 'side issue', tema secundário, **a colocação do adjetivo pode alterar profundamente o colorido e a direção do substantivo**. Meandros semânticos, nem sempre assimilados.

Nova Evangelização e Evangelização Nova faz diferença? Sim. **A Nova Evangelização não é uma Evangelização Nova**. É, apenas, memória, aqui e agora, do ainda não acontecido mas potencialmente já presente, então, em tudo o que se viveu. **NOVA** porque desejo intenso AGORA do primigênio, daquilo que estava nas origens e que o pecado impediu e vem impedindo de realizar-se. **NOVA** porque inabalável esperança na ação salvífica de Deus, pois ele é maior do que o pecado e realizará o seu desígnio. **EVANGELIZAÇÃO**: tempo de decisão, mudança de prática, conversão de vida, transformação por força do Espírito. Sempre graça, dom, antecipação do último e definitivo, **o novíssimo**, num momento oportuno. Por isso, só a Deus pertence esta iniciativa imprevisível, da primeira à última palavra.

Desta perspectiva, **a força de qualquer Evangelização está em saber relativizar a nossa própria força** (Lc 10, 1-12) temperando a confiança pelagiana nas forças da natureza e o orgulho humano que acredita na própria onipotência. A **novidade**, pois, da Evangelização não se dará por esforço voluntarístico do qual temos o comando nem tampouco por sofisticação metodológica de nossa criatividade. Se, **na aparência**, em leitura sociológica, a Evangelização parece ser empresa do homem que deve proclamar, sem pausas, sem complexos, sem atenuações, o REINO, apoiando-se na eficiência do poder e do capital, **na substância**, em leitura teológica, ela é dom e gratuidade da suficiência absoluta do Senhor. Oferta de Deus e responsabilidade nossa. Esta tensão e este mistério, dom do Criador e aceitação ou rejeição de sua criatura, acompanhará a história da Evangelização, em nível individual, de cultura e de estrutura.

Numa linguagem figurada, **Jesus, agindo por seu Espírito, é a semente da Evangelização**. A ação humana é a terra. É cada um de nós. Os frutos não vêm da terra, mas da semente. Mas a semente sem a terra permanece o que é: semente, potencialidade. Revela-se, assim, na Evangelização, **a mutualidade em nível profundo da relação pessoal entre nós e Deus**. São Paulo assevera: "nossos cansaços e trabalhos não são inúteis no Senhor" (1 Cor 15, 58). A Evangelização é uma parceria SINGULAR de Deus que doa, protege e dá a capacidade de acolher, com liberdade interior, de assimilar e de multiplicar em fidelidade ativa e criadora. Não se dispensa o nosso empenho, embora nada se faça só por nosso esforço. **Em cada êxito, pode-se ler, em filigrana, a assinatura de Deus**. Como os caminhos do Senhor são de soberana liberdade!

Desejando-lhe toda paz, serenidade e coragem nos conflitos, e todo bem, sempre ao seu inteiro dispor, com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável

Convergência e Publicações CRB